



MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

SEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO MULTILATERAL: A INFLUÊNCIA DAS AGÊNCIAS BASEADAS EM ROMA NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL

MARGARIDA D'ITABEN SILVA SALVADO COSTA

JUNHO - 2025



MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

SEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO MULTILATERAL: A INFLUÊNCIA DAS AGÊNCIAS BASEADAS EM ROMA NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL

MARGARIDA D'ITABEN SILVA SALVADO COSTA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA SUSANA BRISSOS

JUNHO - 2025

“Só há liberdade a sério quando houver
a paz, o pão,
habitação,
saúde, educação.”

Sérgio Godinho - Liberdade

Resumo

O presente relatório de estágio incide sobre a temática da Segurança Alimentar no contexto internacional, institucional e diplomático, com particular enfoque na ação das Agências Baseadas em Roma (RBAs, em inglês) — FAO, PAM e FIDA — e na política externa portuguesa neste domínio. A análise parte da evolução do conceito de Segurança Alimentar, hoje entendido de forma multidimensional, assente nos pilares da disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. A abordagem centrada nos direitos, introduzida por Amartya Sen, foi determinante para compreender a fome como falha no acesso e não apenas como escassez de alimentos, influenciando significativamente o pensamento e as políticas globais.

As RBAs, enquanto pilares do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicado à alimentação, desenvolvem ações complementares: a FAO na formulação de políticas e cooperação técnica, o PAM na resposta humanitária imediata e o FIDA no financiamento de longo prazo para o desenvolvimento rural. Portugal participa ativamente nestas agências, alinhando a sua atuação com os eixos estruturantes da sua política externa — integração europeia, espaço lusófono e relações transatlânticas — promovendo projetos de cooperação, iniciativas multilaterais e estratégias de combate à fome e pobreza e de apoio à agricultura sustentável, à nutrição e à realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Este Relatório baseia-se na concretização de um estágio decorrido entre janeiro e abril de 2025, na Embaixada de Portugal em Roma. A experiência proporcionou um contacto direto com a diplomacia multilateral e a ação externa portuguesa no domínio da Segurança Alimentar. As tarefas realizadas incidiram especialmente sobre a cooperação internacional e a participação de Portugal junto das RBAs, permitindo consolidar conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e compreender, na prática, o papel da diplomacia como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; diplomacia; cooperação multilateral; Agências Baseadas em Roma.

Abstract

This internship report focuses on the topic of Food Security in the international, institutional, and diplomatic context, with particular emphasis on the work of the Rome-Based Agencies (RBAs) — FAO, WFP, and IFAD — and on Portugal's foreign policy in this field. The analysis begins with the evolution of the concept of Food Security, which is now understood in a multidimensional way, grounded in the pillars of availability, access, utilization and stability. The rights-based approach introduced by Amartya Sen was instrumental in redefining hunger as a failure of access rather than a mere scarcity of food, significantly shaping global thinking and policy.

The RBAs, as core entities of the United Nations (UN) system dedicated to food and agriculture, perform complementary roles: FAO in policy formulation and technical cooperation, WFP in immediate humanitarian response and IFAD in long-term financing for rural development. Portugal plays an active role in these agencies, aligning its engagement with the key pillars of its foreign policy — European integration, the lusophone space and transatlantic relations — by promoting cooperation projects, multilateral initiatives and strategies to fight hunger and poverty, support sustainable agriculture and nutrition, and advance the Right to Adequate Food.

This report is based on the completion of an internship held from January to April 2025 at the Embassy of Portugal in Rome. The experience offered direct insight into multilateral diplomacy and Portugal's external action in the area of Food Security. The tasks undertaken focused particularly on international cooperation and Portugal's engagement with the RBAs, allowing for the consolidation of knowledge acquired during the Master's in Development and International Cooperation and providing practical understanding of diplomacy as a tool for promoting sustainable development and the UN's 2030 Agenda.

Keywords: Food Security; diplomacy; multilateral cooperation; Rome-Based Agencies.

Agradecimentos

Antes de mais, um agradecimento à liberdade. À liberdade para ser, para viver, para escolher e para deliberar sobre a fome e a insegurança alimentar sem a experienciar na pele.

Um enorme agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Susana Brissos, que me ensinou mais do que imagina e que me acendeu esta faísca sobre questões alimentares no meu primeiro semestre neste Mestrado. Os percursos académicos são feitos dos professores que os inspiram. A paciência, os conhecimentos e a atenção ao detalhe permitiram que este Relatório pudesse adotar a sua forma final. E, por isso, deixo aqui o meu grande “obrigada”.

Aproveito para agradecer, também, aos restantes docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Foi neste Mestrado que redescobri a vontade e a confiança para expor as minhas ideias, as mais bem-formadas e as que saem quase sem filtro. Sem bons docentes que consigam deixar os alunos à vontade e que despertem a atenção e o interesse, numa era em que a capacidade de tomar atenção ficou reduzida aos meros segundos, não seria possível.

E claro, tenho de agradecer à razão de tudo o que sou e tenho. Sem eles não seria Margarida, não seria estudante deste Mestrado, não seria uma apaixonada por Itália, não teria a sede de liberdade que carrego em mim em toda a minha vida e não teria o coração no sítio certo. Mãe, Pai, obrigada por tudo. Que palavra tão pequenina para tudo o que gostaria de vos dizer.

Obrigada ao meu irmão, pela pele dura que tenho hoje e pela capacidade crítica que inconscientemente me foi desenvolvendo desde pequenina. E por muito mais.

Obrigada à minha segunda mãe, Vera, permanentemente disponível para ajudar os seus e com um coração tão bonito.

Obrigada à minha Marta, por tudo. Sem ti a segurar, não sei que pilares sustentariam a minha vida.

E obrigada a todas as pessoas que cruzaram caminhos comigo, as que permanecem e as que já seguiram caminho, em Arruda dos Vinhos, em Vila Franca de Xira, em Lisboa, em Perúgia, em Roma e todas as outras com quem um dia me virei a cruzar. Levo um pedaço de todas comigo.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial

Para a elaboração do presente Relatório de Estágio, recorri a ferramentas de Inteligência Artificial – ChatGPT – na fase inicial de definição da estrutura e índice do trabalho. Utilizei esta ferramenta de Inteligência Artificial para me auxiliar a organizar as ideias e a dar-lhes forma, para que a estrutura do trabalho fizesse sentido e respondesse aos meus objetivos do relatório. Ainda assim, quer na estrutura quer no restante, quaisquer erros ou inconsistências presentes neste trabalho são da minha responsabilidade.

Índice

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Declaração de utilização de Inteligência Artificial.....	iv
Índice.....	v
Siglas, Acrónimos e Abreviaturas.....	vi
1. Introdução.....	1
2. Segurança Alimentar no Contexto Global.....	3
2.1. Definição e evolução histórica do conceito de Segurança Alimentar.....	3
2.2. Desafios globais e importância da Segurança Alimentar.....	7
2.3. Relação entre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável.....	10
3. Influência das Agências Baseadas em Roma (RBAs).....	13
3.1. Visão geral da FAO, PAM e FIDA.....	13
3.2. Impacto das RBAs nas políticas globais de Segurança Alimentar e atuação no contexto multilateral.....	15
4. Dimensão diplomática e Segurança Alimentar no contexto português.....	17
4.1. Política externa de Portugal em relação à Segurança Alimentar.....	17
4.2. O papel de Portugal junto das RBAs: iniciativas de cooperação multilateral...20	
5. Enquadramento do Estágio.....	22
5.1. Embaixada de Portugal em Roma.....	22
5.2. Descrição das atividades realizadas.....	23
5.3. Análise crítica das atividades.....	27
6. Conclusão.....	30
Referências bibliográficas.....	32

Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

AGRIFISH - *Agriculture and Fisheries European Union Council*

AMIS - *Agricultural Market Information System*

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAD-OCDE - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

CCDM - Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica

CF - Comité Financeiro

CFS - *Committee on Food Security*

CFS-FFA - *Committee on Food Security Framework For Action in Protracted Crisis*

CONSAN-CPLP - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CONSANP - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (de Portugal)

CP - Comité Programático

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

ENSANP - Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Portugal

ESAN-CPLP - Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

EUA - Estados Unidos da América

FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*

FFPI - *FAO Food Price Index*

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FIES - *Food Insecurity Experience Scale*

FRESAN - Programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional

GAAHP - *Global Alliance Against Hunger and Poverty*

GIEWS - *Global Information and Early Warning System*

GRE - Grupo Regional Europeu

GSF - *Global Strategic Framework for Food Security and Nutrition*

ICC - *Independent Chairperson of the Council*

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPCC - *Intergovernmental Panel on Climate Change*

MASAF - *Ministero dell'Agricoltura, Sovranità Alimentare e Foreste*

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

N4G - *Nutrition For Growth*

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Política Agrícola Comum

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM - Programa Alimentar Mundial

PCP - Política Comum das Pescas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RBAs - *Rome-Based Agencies*

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana

UE - União Europeia

UNDESA - *United Nations Department of Economic and Social Affairs*

UNESCO - *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*

UNOSSC - *United Nations Office for South-South Cooperation*

WFC - *World Food Conference*

WFS - *World Food Summit*

1. Introdução

A avaliação da fome a nível global, medida pelo indicador de Prevalência de Subnutrição¹, revela a ausência de progresso no sentido da sua erradicação, estimando-se que, em 2023, 1 em cada 11 pessoas no mundo tenham enfrentado uma situação de fome. Na Agenda 2030, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, onde foram estabelecidos os princípios guiadores do desenvolvimento sustentável no mundo, a erradicação da fome foi definida como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Mas neste momento, já perto do prazo final desta agenda, há mais países “*off-track*” do que “*on-track*” no progresso para alcançar este ODS (FAO et al., 2024).

Posto isto, o papel da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, em inglês), agência que lidera os esforços internacionais no combate à fome, é de enorme importância, ainda que a sua eficácia esteja, potencialmente, em questão (FAO, 2025a). Mas a FAO não procura, meramente, erradicar a fome. Mais do que isso, procura garantir a Segurança Alimentar, que se refere a uma situação em que todas as pessoas têm acesso (físico, social e económico) a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, de modo a que possam conduzir vidas ativas e saudáveis, nas quais as suas necessidades e preferências alimentares estão asseguradas. Para atingir a Segurança Alimentar, tem de haver alimentos em quantidades suficientes, aos quais os agregados familiares e indivíduos possam aceder, e que sejam nutritivos e adequados às suas necessidades (FAO, 2025b).

Os conflitos, os fatores económicos e as alterações climáticas são considerados os principais fatores da insegurança alimentar (Banco Mundial, 2024). As previsões da situação de fome e insegurança alimentar no mundo são tendencialmente pessimistas, considerando o panorama global relativamente a estes fatores, que vários países descrevem como “desafiante”. Apesar de ser um problema maioritariamente concentrado nos países em desenvolvimento, dado o reconhecimento da relação entre fome e pobreza devido à menor capacidade de acesso aos alimentos, a Segurança Alimentar é uma preocupação também para os países desenvolvidos, evidentemente nas camadas mais empobrecidas, mas não exclusivamente, dado o aumento de doenças associadas à malnutrição (como a obesidade ou doenças cardiovasculares) e considerando a também reconhecida relação entre Segurança Alimentar e segurança nacional (Sen, 1987; Byahuranga & Isgren, 2023; Yilmaz & Sedefoglu, 2025).

Além da FAO, outras agências relevantes nos esforços internacionais para o combate à fome, também integradas no sistema da ONU são o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Com mandatos distintos, mas complementares, a FAO, o PAM e o FIDA são o núcleo da governança global da Segurança Alimentar e estão sediadas na cidade de Roma, em Itália, sendo por isso comumente

¹ Proporção da população cuja ingestão habitual de alimentos é insuficiente para fornecer a quantidade de energia alimentar necessária para manter uma vida ativa e saudável. Cf. <https://www.fao.org/sustainable-development-goals-data-portal/data/indicators/2.1.1-prevalence-of-undernourishment/en>

designadas no meio dos especialistas em Segurança Alimentar como Agências Baseadas em Roma (RBAs, em inglês).

Na impossibilidade das pessoas conduzirem vidas ativas e saudáveis, o desenvolvimento humano, a nível individual e dos países, fica igualmente impossibilitado. Como tal, sendo fundamental para o desenvolvimento, a compreensão do enquadramento teórico e do estado da governança global para a Segurança Alimentar é de elevada pertinência no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Ademais, após um longo processo de exploração teórica dos infindáveis temas que constituem os estudos de desenvolvimento e da cooperação bi e multilateral, nasceu a vontade de complementar esses conhecimentos teóricos com experiência prática. É por isto que, na fase final do presente ciclo de estudos, perante a possibilidade de realizar um Trabalho Final de Mestrado de cariz mais prático, a escolha se figurou natural, e que outra cidade melhor do que a capital da cooperação multilateral para a alimentação e a agricultura? Aproveitando o concurso do Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PEC-MNE) português, a colocação na Embaixada de Portugal em Roma permitiu o acompanhamento, de perto, do trabalho relacionado com a temática da Segurança Alimentar e a investigação da influência das RBAs nas relações diplomáticas de Portugal, considerando a Segurança Alimentar no contexto multilateral. Sendo Portugal membro destas agências, assim como Estado-Membro da União Europeia (UE), que é, por sua vez, Organização-Membro da FAO, esta temática está fortemente presente nas relações diplomáticas do país.

A questão central do presente Relatório de Estágio tem como objetivo averiguar a influência da FAO, PAM e FIDA, de forma breve, a nível global e, em particular, nas relações diplomáticas portuguesas que enfatizam os eixos-chave da política externa do país. Como consequência natural, também na Embaixada de Portugal em Roma, fazendo parte da rede diplomática portuguesa, os eixos da política externa estão presentes e são fundamentais na representação efetuada pelo país nestas agências, nas relações com outros países, incluindo as relações bilaterais Portugal-Itália, e nas prioridades definidas.

Para responder à questão central, o corpo do presente Relatório de Estágio divide-se em quatro capítulos e respectivos subcapítulos: o primeiro capítulo dedica-se ao enquadramento teórico da Segurança Alimentar, com o surgimento histórico do conceito, a sua definição mais consensual e principais ideias que a sustentam, demonstrando a sua importância a nível global, os principais desafios que enfrenta e a relação com o desenvolvimento sustentável; o segundo capítulo fornece uma visão geral das RBAs e do seu impacto global; o terceiro capítulo analisa as relações diplomáticas de Portugal relativamente à Segurança Alimentar, destacando a estratégia de política externa portuguesa quanto ao tema e as principais iniciativas de cooperação multilateral envolvendo, direta ou indiretamente, as RBAs; e o quarto capítulo enquadra o estágio na Embaixada de Portugal em Roma, fazendo uma breve descrição da instituição e das atividades realizadas especificamente no âmbito da temática da Segurança Alimentar, terminando com uma análise crítica das mesmas.

Os três primeiros capítulos foram desenvolvidos com base numa revisão da literatura e recolha de dados secundários, através da análise bibliográfica; o último, por se tratar da parte mais prática do Relatório, combina dados primários, recolhidos através da observação *in loco* e da participação nos trabalhos desenvolvidos pela Embaixada de Portugal em Roma, com dados secundários recolhidos também através de análise bibliográfica.

2. Segurança Alimentar no Contexto Global

2.1. Definição e Evolução Histórica do Conceito de Segurança Alimentar

A fome, nas suas várias manifestações, não consiste num problema do passado, nem num problema do futuro - é um problema do presente. Porém, como Amartya Sen (1987) declarou, este fenómeno é hoje mais intolerável do que nunca, por ser “desnecessário” graças à enorme expansão da capacidade de produção alimentar. É por isto, diz, que as fomes são hoje moral e politicamente intoleráveis.

Segundo a FAO, a fome consiste numa sensação física dolorosa ou desconfortável devida ao consumo insuficiente de energia alimentar. Quando um indivíduo não consome energia alimentar (calorias) suficiente de forma regular, isso impede-o de viver uma vida normal, ativa e saudável, e passa a estar em situação de fome ou subnutrição crónica (FAO, 2025a). Desde 1974 que a FAO utiliza o indicador de Prevalência de Subnutrição para estimar o alcance da fome no mundo (Manikas et al., 2023).

O aparecimento do conceito de Segurança Alimentar demonstra o reconhecimento por parte da comunidade internacional da necessidade de garantir que todos os indivíduos tenham acesso a energia alimentar suficiente de forma regular. Tendo surgido no pós-2ª Guerra Mundial, inserido na agenda de cooperação entre países que levou à criação da ONU e das suas diversas agências especializadas, a sua conceptualização teórica só se começou a desenvolver mais tarde, emergindo na Conferência Mundial da Alimentação (WFC, em inglês), em 1974. Vários autores mencionam a existência de mais de duzentas definições de Segurança Alimentar na literatura e uma série de determinantes associados (Makombe, 2023; Palkovic, 2024). Não obstante, a definição mais amplamente aceite foi estabelecida em 1996, na Cimeira Mundial da Alimentação (WFS, em inglês), que a definiu da seguinte forma:

“Food security exists when all people, at all times, have physical and economic access to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life.” (WFS, 1996)²

Esta definição torna clara a natureza multidimensional e multinível do conceito, que assenta em quatro pilares – disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade – e engloba o nível

² Disponível em <https://www.fao.org/4/w3613e/w3613e00.htm>. Mais tarde, na segunda WFS, em 2002, foi acrescentada a dimensão do acesso social aos alimentos, além do físico e económico (Brissos, 2022).

micro (individual), meso (agregados familiares e comunidades), e macro (nacional, regional e global) (Makombe, 2023).

Existe uma hierarquia implícita nos quatro pilares ou dimensões da Segurança Alimentar, dado que a disponibilidade é necessária, mas não suficiente para garantir o acesso; o acesso é necessário, mas não suficiente para permitir a utilização adequada; e a estabilidade só é possível quando os três pilares anteriores estão assegurados (FAO, 2006; Makombe, 2023). Nos relatórios sobre a Política de Segurança Alimentar da FAO (FAO et al., 2024) é feita uma breve descrição de cada um destes pilares. O pilar da disponibilidade, à escala nacional, remete para a disponibilidade de quantidades suficientes de alimentos de qualidade apropriada, fornecidas através da produção doméstica e/ou importações, que incluem a ajuda alimentar. Quanto ao pilar do acesso, a Segurança Alimentar requer que os indivíduos tenham acesso a recursos adequados para adquirir alimentos apropriados para uma dieta nutritiva. O pilar da utilização refere-se à utilização dos alimentos através de uma dieta adequada, água limpa, saneamento e cuidados de saúde, para alcançar um estado de bem-estar onde todas as necessidades fisiológicas são garantidas. O quarto pilar, da estabilidade, refere-se ao acesso estável dos indivíduos a uma alimentação adequada a qualquer momento, sem arriscar perdê-lo em consequência de choques súbitos (como conflitos ou desastres naturais) ou eventos cíclicos (geradores de insegurança alimentar³ sazonal).

Os quatro pilares sobre os quais assenta a Segurança Alimentar remetem para noções incontornáveis como a nutrição – motivo pelo qual o consenso atual no seio da FAO é pela utilização da expressão “Segurança Alimentar e Nutrição” (*Food Security and Nutrition*) – *inputs* não-alimentares para a sua obtenção, como o saneamento e cuidados de saúde – pelo que vários especialistas propõem a utilização do conceito mais abrangente de Segurança Alimentar e Nutricional (*Food and Nutrition Security*) –, e os *entitlements*, propostos pelo trabalho de Amartya Sen, que colocou o foco da discussão nos direitos de acesso à alimentação (Brissos, 2022). De forma sucinta, os *entitlements* são o conjunto de recursos e direitos que um indivíduo possui para aceder a bens e serviços, incluindo alimentos, dentro de uma sociedade, o que, no caso de uma economia de mercado, é garantido essencialmente através da produção e do comércio (Sen, 1987). Ademais, torna-se evidente que a Segurança Alimentar é um conceito multissetorial, incluindo a agricultura, os mercados, o comportamento dos consumidores, o papel da governança nacional e internacional, e não só.

Em diferentes momentos da história da evolução do conceito de Segurança Alimentar, diferentes pilares ocuparam o lugar central das preocupações das políticas e dos especialistas na temática. Nas primeiras décadas, enquanto ainda não havia uma definição mais ou menos consensual, o pilar da disponibilidade era quase a única preocupação, manifestando-se nas políticas adotadas no sentido da “*green revolution*”, visando aumentar a produção alimentar

³ Segundo a FAO, a Insegurança Alimentar existe quando uma pessoa não tem acesso regular a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos que assegurem o normal crescimento e uma vida ativa e saudável. A Insegurança Alimentar tem vários níveis de gravidade e é medida pela FAO através da Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES, em inglês). Cf. <https://www.fao.org/in-action/voices-of-the-hungry/background/en/>

através da introdução de *inputs* na agricultura, como fertilizantes, pesticidas ou equipamento agrícola. Nos anos 70/80, com a expansão das ideias neoliberais e, consequentemente, a tendência para reduzir o investimento público e liberalizar os mercados, estas medidas desvaneceram-se (Belay & Dessalegn, 2020).

Contudo, a partir dos anos 80, ao conceito de Segurança Alimentar associou-se o pensamento teórico de Amartya Sen, particularmente graças à sua “*entitlements approach*”. Nesta abordagem, sendo os *entitlements* o conjunto de recursos e direitos que permitem aos indivíduos adquirirem bens alimentares (e não só), Sen defende que a persistência das fomes se deve a entraves na aquisição de alimentos por indivíduos e agregados familiares, ou seja, uma falha nos seus *entitlements*. Argumentando que, historicamente, vários episódios de fome aguda aconteceram em períodos em que a disponibilidade de alimentos atingia picos, como aconteceu no Bangladesh em 1974, Sen concluiu que a Segurança Alimentar não dependia apenas da produção de alimentos em quantidades suficientes, mas também da capacidade dos indivíduos acederem a estes alimentos, capacidade essa que é determinada pelas suas condições económicas e sociais (Sen, 1987). Quando um indivíduo perde *entitlements*, por exemplo, como consequência de uma crise económica ou de um desastre natural, arrisca-se a enfrentar uma situação de fome, por incapacidade de adquirir alimentos suficientes, mesmo que existam alimentos disponíveis. Com esta abordagem, Sen descreve a fome como uma potencial privação de direitos, e não apenas um problema de escassez de alimentos. A centralidade do pilar da disponibilidade na Segurança Alimentar só faria sentido se os produtos alimentares fossem um bem distribuído de forma igualitária pela população, por uma autoridade central. Não sendo, e uma vez que para a grande maioria da população o único ativo substancial que possuem é a sua capacidade laboral, se esta falha ou é insuficiente, por motivos vários, o indivíduo perde a sua capacidade de aceder à alimentação. Posto isto, a análise de Sen levou-o a concluir que é necessário um sistema económico que garanta rendimentos e meios de subsistência para todos, além de ser importante fornecer uma rede de segurança para os indivíduos quando o sistema não consegue garantir essa subsistência (Sen, 1987).

A “*entitlements approach*” de Sen passou a influenciar fortemente o conceito de Segurança Alimentar, com duas contribuições particularmente importantes: em primeiro lugar, a sua análise enfatizou o lado da procura, ao invés da oferta, colocando os indivíduos no centro do problema que adquire, assim, uma base ética e intelectual mais *human-centered* (Harrigan et al., 2012); em segundo lugar, estabeleceu uma relação clara e forte entre pobreza e fome/insegurança alimentar, ao concluir da sua análise que o determinante central da fome é a distribuição de rendimentos (Palkovic, 2024). Desta forma, a conceptualização de Segurança Alimentar que desponta na WFS de 1996 adota já este carácter mais *human-centered*, reconhecendo os vários pilares necessários (individualmente não suficientes) para atingir a Segurança Alimentar e combater a fome, que já não se trata meramente de uma questão de produção e escassez, mas também de distribuição e acesso aos alimentos (Fukuda-Parr & Orr, 2014).

Apesar de aceite de forma (relativamente) consensual, a definição de Segurança Alimentar, que saiu da WFS de 1996 e foi adotada pela FAO até aos dias de hoje, não resultou

num debate homogéneo e em estratégias convergentes no combate à insegurança alimentar à escala global. Na perspetiva da oferta, como já foi mencionado, a prioridade recai na expansão da produção alimentar (*outputs*) através de investimento e inovação tecnológica (*inputs*). De uma perspetiva *human-centered*, defende-se o empoderamento dos agregados familiares através de trocas salariais, transferências sociais e produção própria, de forma mais abrangente e multidimensional. Existe ainda a perspetiva da Soberania Alimentar, por vezes apresentada como complementar (Byaruhanga & Isgren, 2023) e outras vezes como alternativa à Segurança Alimentar, mais virada para uma análise de economia política que advoga uma abordagem *bottom-up*, colocando os produtores e os consumidores no centro dos sistemas alimentares e enfatizando a justiça socioeconómica, a *local-ownership* e a necessidade de sistemas alimentares são e sustentáveis (Fukuda-Parr & Orr, 2014; Belay & Dessalegn 2020).

Todavia, o modelo de garantia da Segurança Alimentar que vigorou desde o século passado até aos dias de hoje, que podemos ver plasmado na definição mais comumente aceite do conceito de Segurança Alimentar, que quase nada mudou desde a redação proposta em 1996⁴, tem contribuído para manter o foco na necessidade de fortalecimento do pilar da disponibilidade, com o aumento da produção e produtividade agrícolas, e a distribuição alimentar através das transações de mercado desconsiderando as demais dimensões (Byaruhanga & Isgren, 2023). Porém, os efeitos da contínua insistência nesta estratégia têm sido distribuídos de forma desigual à escala global e com elevados custos sociais e ambientais. A desigualdade económica inter e intra países está em crescimento acelerado nas últimas décadas. A produção alimentar representa hoje 25% da emissão de gases de efeito de estufa a nível global, os fertilizantes agrícolas estão entre os principais poluentes das águas e assiste-se à perda de biodiversidade como consequência da destruição e contaminação dos ecossistemas, dinâmicas em claro aceleração fruto das alterações climáticas, produzidas, elas próprias, pelo modelo produtivista capitalista e pelo seu uso desmedido dos recursos naturais do planeta. Ao invés, o foco constante na competitividade associado à lógica liberal de mercado faz com que esta expansão contínua na agricultura tenha uma natureza monopolística que deixa para trás os pequenos produtores (Belay & Dessalegn, 2020).

Mas face a todas estas urgências de cariz social e ambiental, a resposta é tibia. Desde 2021 que a FAO reconhece no seu relatório anual sobre “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo” que o Painel de Alto Nível de Especialistas do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CFS, em inglês) propõe a adoção de duas novas dimensões da Segurança Alimentar, a agência e a sustentabilidade, mas tal proposta ainda não mereceu o consenso político dos seus membros. O objetivo de tal proposta é reforçar as preocupações com a sustentabilidade dos sistemas alimentares e a agência de todos os agentes que neles participam, desde os pequenos produtores aos consumidores, permitindo-lhes a liberdade de decidir sobre a sua própria alimentação, ao invés de apenas se verem inseridos no limitado papel que os sistemas capitalistas globais definiram para si, sem possibilidade de realizarem outras escolhas além daquelas que os mercados lhes impõem (FAO, et al., 2021; 2024).

⁴ Cf. nota 2.

2.2. Importância da Segurança Alimentar e Desafios Globais

A abordagem da Segurança Alimentar baseada nos direitos humanos foca-se no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), definido como o direito de ter acesso regular, permanente e ilimitado, diretamente ou através de meios financeiros de aquisição, a alimentos quantitativa e qualitativamente suficientes, correspondente às tradições culturais de cada povo e comunidade, e que garanta uma vida física e mental, individual e coletivamente satisfatória, digna e livre de medo (Ziegler et al., 2011, citado em Belay & Dessalegn, 2020). É reconhecido internacionalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Políticos, na Carta das Nações Unidas e noutros instrumentos legais, implícita ou explicitamente. Isto significa que os governos têm a responsabilidade de garantir este direito aos seus cidadãos, e os cidadãos têm a possibilidade de exigir a proteção dos seus direitos, de acordo com os princípios do direito humano internacional.

Não obstante, como é sabido, a fome e a insegurança alimentar persistem. Em 2023, 9,1% da população mundial (cerca de 733,4 milhões de indivíduos) estava em situação de subnutrição crónica, enquanto 28,9% (cerca de 2.325,5 milhões de indivíduos) viviam em contexto de insegurança alimentar moderada ou severa e 10,7% (cerca de 864 milhões de indivíduos) em situação severa (FAO et al., 2024). Em 2022, 58,1% dos países do mundo registaram aumentos significativos dos preços dos produtos alimentares devido a conflitos e interrupções nas cadeias de abastecimento globais (UNDESA & FAO, 2024). Segundo o “*2025 Global Outlook*” do PAM, verificou-se um aumento de 10% no número de pessoas em situação de insegurança alimentar severa, em relação a 2023, e quase mais duzentos milhões de pessoas comparativamente aos níveis pré-pandémicos. Desta forma, a Segurança Alimentar é, ou deveria ser, uma preocupação urgente no mundo. Mas apesar do reconhecimento e da promoção do DHAA desde 1948, o compromisso dos países tem sido mais no sentido da Segurança Alimentar, porque garantir o Direito à Alimentação é ainda um problema (político) demasiado complexo – em 2020, apenas 23 países reconheciam explicitamente este direito nas suas constituições (Belay & Dessalegn, 2020), e Portugal não figura entre eles.

Países ou regiões mais propensas a enfrentar insegurança alimentar e problemas associados à malnutrição têm mais políticas direcionadas para a Segurança Alimentar como parte das suas políticas de desenvolvimento (Belay & Dessalegn, 2020). Todavia, vale a pena sublinhar que este não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento⁵. Desta forma, a importância da promoção da Segurança Alimentar e, crescentemente, da Nutrição permanece central e urgente. E embora esteja primariamente associada à segurança humana e ao desenvolvimento, a insegurança alimentar também tem implicações profundas na segurança nacional dos países (Fukuda-Parr & Orr, 2014).

⁵ De acordo com a ONU, um “país em desenvolvimento” é um país com um nível de padrão de vida relativamente baixo, base industrial subdesenvolvida e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) classificado de moderado a baixo.

Nas décadas de 60 e 70, existia uma preocupação política internacional com o problema da fome no mundo, particularmente devido ao crescimento populacional acelerado. Com a transição demográfica e o aumento da produção agrícola resultante da “*green revolution*”, esta preocupação, em linha com as teses malthusianas, foi diminuindo. Concomitantemente, a ajuda alimentar internacional caiu de 20% nos anos 80 para 4% em 2007, numa tendência consistente com a agenda neoliberal dominante (Fukuda-Parr & Orr, 2014). Contudo, a Segurança Alimentar volta a ganhar protagonismo em 2007-2008 com a crise dos preços alimentares: entre março de 2007 e março de 2008, os preços do trigo aumentaram, em média, 130% (Harrigan et al., 2012), o que espoletou protestos em vários países pelo mundo e atraiu maior reconhecimento global para esta temática. Desde então no centro da atenção política e mediática, a Segurança Alimentar passa a ser vista como um desafio por si só e não apenas enquanto consequência da redução da pobreza ou do crescimento económico (Fukuda-Parr & Orr, 2014), tendência que se consolida com a autonomização do objetivo de erradicação da fome no Objetivo 2 dos novos ODS.

Indo além da conclusão lógica de que garantir acesso a quantidades suficientes de alimentos nutritivos e seguros de forma estável ao longo do tempo, seja benéfico para a generalidade da população, existem outros tantos desafios sobre os quais a Segurança Alimentar influi. Para os países em desenvolvimento e/ou de baixo rendimento, onde, geralmente, não existem redes robustas de segurança social que possam colmatar as falhas nos *entitlements* dos indivíduos, estratégias no sentido de promover a Segurança Alimentar através da melhoria do acesso aos alimentos, da estabilização dos preços ou da criação de sistemas de proteção social podem ajudar a proteger os indivíduos e agregados familiares da fome e de situações de carência alimentar (Sen, 1987; Brandão, et al., 2022; Byaruhanga & Isgren, 2023). Para os países desenvolvidos, onde as necessidades alimentares são, grosso modo, respondidas, a elevada insegurança alimentar noutros países e regiões também pode ser um problema, na medida em que pode provocar migrações em massa para os seus territórios, representando potenciais desafios de integração. Além disso, em ambos os grupos de países, a competição por recursos escassos, exacerbada pela insegurança alimentar, pode provocar conflitos internos e externos. A relação entre segurança alimentar e segurança nacional é cada vez mais reconhecida e sublinhada, em particular desde a crise pandémica e o início da guerra Rússia-Ucrânia (Yilmaz & Sedefoglu, 2025).

Por outro lado, as preocupações ambientais e a distribuição desigual da expansão agrícola das últimas décadas requerem estratégias de Segurança Alimentar multidimensionais e abrangentes, potencialmente associadas a estratégias de Soberania Alimentar que enfatizem a sustentabilidade e a agência, i.e., a capacidade dos indivíduos de escolher e agir independentemente na construção de sistemas alimentares sustentáveis (Belay & Dessalegn, 2020; Byaruhanga & Isgren, 2023). A Soberania Alimentar apresenta-se como resposta à forte tendência neoliberal sentida no caminho traçado pela Segurança Alimentar, designadamente, pela fragilização das políticas sociais como consequência da expansão dos princípios neoliberais (Brandão et al., 2022). Ainda que revele algum progresso global, o modelo

neoliberal da Segurança Alimentar tem falhado na tentativa de erradicar a fome no mundo (Byaruhanga & Isgren, 2023).

Todavia, independentemente da natureza do atual modelo, a persecução da Segurança Alimentar é confrontada com vários desafios complexos. Segundo a “Atualização sobre Segurança Alimentar” do Banco Mundial referente a dezembro de 2024, os conflitos, os fatores económicos e as alterações climáticas permanecem as principais causas da insegurança alimentar (Banco Mundial, 2024).

Priorizar o combate à fome, considerando as condições necessárias à Segurança Alimentar (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade), implica intervir nos mercados, talvez mais do que relativamente a outras preocupações em cima da mesa nos fóruns internacionais, o que vai contra os ideais liberais promovidos pelas principais instituições internacionais há já várias décadas (Fukuda-Parr & Orr, 2014). Evitá-lo permite a continuação da distribuição desigual da produção alimentar e dos rendimentos, o que, segundo a “*entitlements approach*” de Sen, impede o acesso dos indivíduos à alimentação adequada.

Além disso, outras questões como o elevado crescimento populacional, a urbanização acelerada e as alterações nos padrões de consumo provocadas pelo aumento dos rendimentos e tendências globais de mercado, conduzem à procura de alimentos mais caros, como acontece, por exemplo, na região do Norte de África, onde o aumento da procura enfrenta constrangimentos na produção, ou seja, na oferta de alimentos, graças à escassez de água e de terras aráveis, obrigando à importação de uma elevada percentagem das necessidades alimentares. Desta forma, estes países (e outros em situações similares) tornam-se altamente dependentes do exterior, estando vulneráveis à inflação crescente, ao aumento dos défices comerciais e à tensão fiscal para os governos que tentam contrabalançar a inflação, além da sua segurança nacional poder ser colocada em causa numa situação de estrangulamento das cadeias globais de abastecimento de alimentos (Harrigan et al., 2012).

Invariavelmente, a questão ambiental emerge como um dos principais desafios à Segurança Alimentar. Por um lado, os já referidos efeitos danosos que a expansão agrícola das últimas décadas tem causado com a poluição dos solos e das águas, destruição da biodiversidade e problemas a nível da saúde humana (Belay & Dessalegn, 2020). Por outro lado, as consequências das alterações climáticas na produção agrícola, em termos quantitativos e qualitativos, com potenciais repercussões para a Segurança Alimentar global. Segundo o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, em inglês), o seu impacto na redução da produção alimentar é já evidente em numerosas regiões do mundo, embora existam nuances, com o registo de aumentos de produção no Norte da Europa e Norte da China (Pitto, 2023).

De forma ainda mais evidente e urgente, os conflitos armados militares e civis introduzem incerteza na disponibilidade alimentar, nas condições económicas dos indivíduos e agregados familiares e na capacidade do Estado fornecer uma rede de segurança e/ou garantir resposta às necessidades alimentares da população. Estima-se que 65% das pessoas em situação

de insegurança alimentar severa vivam em contextos frágeis ou afetados por conflitos, nomeadamente onde está em causa o acesso das organizações internacionais de ajuda humanitária e a capacidade de fazer chegar ajuda alimentar às populações, como temos vindo a assistir na Faixa de Gaza. Por outro lado, o espoletar da guerra Rússia-Ucrânia, em 2022, originou interrupções nas cadeias de abastecimento globais de energia e alimentos que resultaram no rápido aumento dos preços dos produtos alimentares, especialmente na primeira metade do mesmo ano, mas que ainda hoje se faz sentir (UNDESA & FAO, 2024).

A evolução da situação de Segurança Alimentar, apesar de reconhecidos avanços na erradicação da pobreza, no fortalecimento da disponibilidade alimentar e nas campanhas com vista à melhoria da nutrição, está ainda muito longe de garantir “fome zero”, havendo até previsões de agravamento da situação em várias regiões do mundo, devido aos conflitos, choques económicos e fenómenos climáticos extremos (PAM, 2025a). Isto não tem implicações apenas nos países de baixo rendimento, tendo sido identificada a deterioração do desempenho dos países europeus no combate à insegurança alimentar desde 2014, agravada pelo impacto da crise pandémica e pelo deflagrar da guerra Rússia-Ucrânia (Palkovic, 2024; Jámbor & Varga, 2024).

A proporção da população global que enfrenta insegurança alimentar é inaceitavelmente elevada. Mas, acima de tudo, os números da insegurança alimentar estão distribuídos desproporcionalmente à escala global, estando maioritariamente concentrada nos continentes africano e asiático – estima-se que 20,4% da população africana (quase 300 milhões de indivíduos) e 8,1% da população asiática (385 milhões de indivíduos) esteja em situação de fome (FAO et al., 2024). Ainda assim, as preocupações associadas aos custos ambientais e a problemas de saúde, como a obesidade e doenças cardiovasculares, intensificam-se no Norte Global (Byahuranga & Isgren, 2023).

2.3. Relação entre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento enquanto paradigma de transformação societal tem vindo a evoluir há já várias décadas. A sua teorização inicial assentou nas transformações ocorridas na Europa Ocidental, na sua fase de transição para a modernidade, essencialmente, a Revolução Industrial e a expansão do modelo económico capitalista. Isto deu origem à visão dicotómica de países desenvolvidos, com economias capitalistas modernas, *versus* países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento), com economias tradicionais, e à ideia de que o desenvolvimento é um caminho unidirecional, no sentido da convergência de todos os países para este estado “desenvolvido” (Craggs, 2014; Williams, 2014).

Na política internacional, é com o discurso da tomada de posse do segundo mandato do Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Harry Truman, em 1949, que nasce a ideia do desenvolvimento enquanto programa político e preocupação geograficamente circunscrita, e os conceitos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e “subdesenvolvimento”, que seria o estado dos países recetores desta APD e a caracterização da qual deveriam “fugir” (Sachs,

1992). Do contexto internacional de então, marcado pela descolonização e pela Guerra Fria, emerge uma alternativa aos dois blocos rivais deste mundo bipolar – o Bloco Soviético e o Bloco Ocidental – composta pelos novos países descolonizados, denominada “Terceiro Mundo”. Designação obsoleta e controversa na atualidade, a verdade é que, desde então, é neste “terceiro mundo” que se encontram (e de onde não saíram) os países ‘subdesenvolvidos’ que mais necessitam (ou mais recebem) desta APD e dos programas de desenvolvimento que visam promover o crescimento económico e a sua convergência com a ‘modernidade’, com fraco sucesso (Dodds, 2014).

A década de 50 do século XX foi, portanto, a primeira década do desenvolvimento, focada no crescimento económico enquanto determinante da melhoria da qualidade de vida das populações. Determinante do desenvolvimento que permaneceu central e o indicador do seu progresso desde então, mesmo após o amplo reconhecimento da “*capabilities approach*” de Amartya Sen, que serviu de base conceptual ao Paradigma do Desenvolvimento Humano, proposto em 1990. Este paradigma assume que o crescimento económico é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento, devendo ser visto como um meio para alargar as *capabilities*⁶ das pessoas. O desenvolvimento humano é, então, um processo que visa alargar a panóplia de escolhas ao alcance dos indivíduos sobre o que podem ser e fazer, potenciando o seu bem-estar, através da expansão das *capabilities* e liberdades humanas. O Paradigma do Desenvolvimento Humano operacionaliza a abordagem conceptual das *capabilities* e conduz ao chamado “Consenso de Nova Iorque” e respetiva agenda de 5 pontos, que passa a guiar as estratégias de desenvolvimento. Nesta agenda é destacado o desenvolvimento social, através da expansão da educação e da saúde; o crescimento económico enquanto gerador de recursos; a democratização de forma a garantir os direitos humanos, as liberdades individuais e a dignidade; a necessidade de priorizar os mais pobres e marginalizados e eliminar a sua discriminação, em particular, das mulheres; e a facilitação do acesso dos países mais pobres aos mercados globais, às tecnologias e à informação (Fukuda-Parr, 2003).

O alargamento desta agenda acabou por dar lugar a uma mais ampla, composta por 8 objetivos, 18 metas e 48 indicadores – os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – a serem alcançados até 2015 com *baseline* em 1990. Mais de 190 países acordaram coletivamente sobre esta agenda, assumindo a responsabilidade de pôr em curso estratégias concretas de forma a atingir as metas e objetivos que estabeleceram a definição de ‘desenvolvimento’ e do caminho a seguir. Findo o prazo de implementação dos ODM, a maioria das metas não foi atingida e o progresso, particularmente no que toca às pessoas mais vulneráveis, marginalizadas e necessitadas, ficou muito aquém (Rigg, 2014; ONU, 2015).

Não obstante, e extraíndo lições dos erros do passado, os Estados-Membros da ONU voltaram a acordar numa agenda para o desenvolvimento, a suceder aos ODM, a Agenda 2030

⁶ “*Capabilities*” nasce da junção das palavras “*capacities*” e “*possibilities*”, traduzindo o conjunto de capacidades do indivíduo (o que pode ser ou fazer), associado ao conjunto de possibilidades, incluindo a mera existência da liberdade de escolher (ser ou fazê-las) (Sen, 1989).

para o Desenvolvimento Sustentável. Este novo acordo coletivo sobre o que significa o desenvolvimento e qual o caminho a seguir, tem no seu núcleo a paz e a prosperidade numa perspetiva presente e futura. A Agenda 2030 é composta por 17 ODS, 169 metas e 247 indicadores. Esta visão de um ‘mundo melhor’ revela uma forte relação entre desenvolvimento, segurança e sustentabilidade e qualquer progresso num dos objetivos tem efeitos nos outros. Desenvolvimento sustentável é um objetivo para melhorar de forma contínua a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas, tendo sempre em consideração a capacidade das gerações futuras conseguirem responder às suas necessidades (UNDESA, n.d.; Yilmaz & Sedefoglu, 2025).

A Segurança Alimentar foi uma preocupação presente na agenda dos ODM, partindo largamente do consenso da WFS de 1996, da Conferência Internacional sobre Nutrição de 1992 e dos Objetivos Internacionais para o Desenvolvimento do CAD-OCDE de 1996, figurando no ODM 1 - Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome. Todavia, a inclusão explícita da problemática da Segurança Alimentar não conduziu aos resultados desejados e os ODM foram mais bem-sucedidos a chamar a atenção para as questões de saúde e educação do que para a fome e nutrição, tendência visível também nos padrões da APD⁷. A isto podem atribuir-se várias causas: a ausência das agências da ONU dedicadas à alimentação e agricultura – FAO, PAM e FIDA – e do CFS no processo de delineamento dos objetivos e metas; a já mencionada dificuldade de realizar intervenções no mercado; ou o facto de o combate à fome ter ficado na sombra do combate à pobreza, considerando que o ODM 1 incluía ambas as dimensões (Fukuda-Parr & Orr, 2014).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável respondeu a várias das falhas apontadas à agenda anterior, neste caso separando os temas da pobreza e da fome e consagrando um objetivo autónomo para as questões da Segurança Alimentar, o ODS 2 - Erradicar a Fome. Fundamentalmente, procura-se eliminar todas as formas de fome e malnutrição até 2030, garantindo que todas as pessoas, especialmente crianças, tenham comida suficiente e nutritiva ao longo de todo o ano. Para isto, as agências multilaterais e governos empenham-se na promoção da agricultura sustentável, no apoio aos agricultores (com enfoque nos de pequena dimensão e na agricultura familiar) e no acesso à terra, tecnologia e mercados. A cooperação internacional assume relevância acrescida pelo papel que pode assumir para garantir investimento em tecnologia e infraestrutura para melhorar a produtividade agrícola (PNUD, n.d.). Erradicar a fome requer esforços intensificados para tornar os sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes e equitativos. Além disso, melhorias nas dietas, nutrição, saúde e higiene são cruciais e devem ser aceleradas para atingir a meta de reduzir para metade o número de crianças a sofrer de subnutrição crónica (ONU, 2022).

Em suma, o desenvolvimento sustentável exige uma atenção acrescida para o combate à fome e aos problemas associados à malnutrição, desde a subnutrição à obesidade e outras

⁷ Entre 1995 e 2003, os compromissos para o setor agrícola diminuíram cerca de 14% em termos reais e 57% em total de APD. Dentro deste âmbito, apenas a ajuda alimentar de emergência aumentou em proporção total da APD, com o maior aumento registado entre 2001 e 2003 devido às invasões no Iraque e Afeganistão. Só a partir de 2006 é que a ajuda para a agricultura voltou a aumentar (Fukuda-Parr & Orr, 2014).

doenças associadas a uma alimentação inadequada. E, para que isso seja sustentável, é necessário conservar a capacidade das gerações futuras responderem às suas necessidades e continuarem a usufruir dos progressos que sejam feitos no presente. Todavia, as estimativas preveem que continuem a existir mais de 600 milhões de pessoas em situação de fome ou subnutrição crónica em 2030 e que 1/3 da população mundial viva em situação de insegurança alimentar moderada ou severa. O prazo final para a Agenda 2030 está cada vez mais próximo, mas o caminho ainda é longo (UNDESA, 2023).

3. Influência das Agências Baseadas em Roma

3.1. Visão geral das Agências Baseadas em Roma - FAO, PAM e FIDA

As RBAs devem esta designação à localização geográfica das suas sedes na capital italiana. Todavia, a FAO foi fundada inicialmente em 1945, no Quebec, Canadá, no rescaldo da 2ª Guerra Mundial e da consequente criação da ONU e a sua sede foi estabelecida, de forma temporária, em Washington D.C., EUA. A sua realocização para Roma, cidade onde “reside” desde então, dá-se em 1951 (FAO, 2025a).

A FAO é uma agência especializada da ONU que lidera os esforços globais de combate à fome e todos os desenvolvimentos relacionados com as diversas questões associadas à alimentação e à agricultura. O objetivo fundamental da FAO é alcançar a Segurança Alimentar para todos e garantir que todas as pessoas tenham acesso regular a quantidades suficientes de alimentos de qualidade, de modo a conseguirem viver uma vida ativa e saudável. A FAO compõe-se, atualmente, por 195 membros, sendo 194 Estados e uma Organização-Membro, a UE, operando em mais de 130 países. Faz parte do núcleo do sistema da ONU para o desenvolvimento. Para realizar o seu mandato de erradicar a fome no mundo (ODS 2), a FAO colabora intimamente com outras agências, fundos e programas da ONU, aproveitando as respetivas vantagens comparativas e pontos fortes.

Em 1961, através de resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, o PAM é estabelecido enquanto esforço conjunto entre a FAO e a ONU. Então a segunda agência sediada em Roma, trata-se da maior organização humanitária do mundo, dedicando-se a salvar vidas em situações de emergência, utilizando a ajuda alimentar para construir o caminho para a paz, estabilidade e prosperidade em zonas e comunidades em recuperação após conflitos, desastres ou eventos climáticos extremos. Desde o início deste milénio, e a pedido da ONU, o PAM tornou-se líder da logística humanitária de todas as agências da ONU e demais Organizações Não-Governamentais (ONG). Tem hoje presença em mais de 120 países e territórios espalhados pelo mundo. O seu trabalho procura melhorar os níveis de nutrição da população, em particular de mulheres e crianças, apoiar pequenos agricultores a melhorar a produtividade agrícola e reduzir perdas, ajudar países e comunidades a estarem preparados para lidar com eventos climáticos extremos e estimular o capital humano dos países com iniciativas ligadas às escolas. Em contextos de conflito, faz chegar alívio a “populações esgotadas” e usa a ajuda alimentar para facilitar o caminho para a paz e estabilidade, o que, aliás, concedeu ao PAM o

Prémio Nobel da Paz em 2020. As operações do PAM são financiadas inteiramente através de contribuições voluntárias de governos, instituições, empresas e particulares (PAM, 2025b; 2025c).

Como resposta à crise alimentar global vivida na década de 70, provocada por limitação na disponibilidade global de alimentos que causou fomes, malnutrição e mortes por todo o mundo, especialmente na região do Sahel em África, foi decidido na WFC da ONU, em 1974, a criação de uma agência para financiar o desenvolvimento agrícola em comunidades rurais pobres. Nasceu assim o FIDA, em 1977, agência especializada da ONU e Instituição Financeira Internacional de combate à fome e pobreza em comunidades rurais, sendo a terceira agência sediada em Roma. O FIDA é a única agência da ONU exclusivamente dedicada à transformação dos sistemas agrícolas e alimentares e das economias rurais. Sendo um ator do financiamento para o desenvolvimento, desenvolve parcerias com os governos, setor privado, sociedade civil e outros atores para fornecer subsídios e empréstimos concessionais e a juros baixos a países em desenvolvimento (FIDA, n.d.).

As RBAs são, assim, as agências do sistema da ONU dedicadas às questões da alimentação e produção alimentar, unidas pelo objetivo comum de erradicar a fome e focadas no progresso em direção ao ODS 2. A junção do PAM e do FIDA à FAO foi, nos respetivos momentos históricos de criação, motivada pela complexidade dos problemas alimentares enfrentados em todo o mundo e pela necessidade de alargar a capacidade de resposta a estes desafios, separando mandatos e focos de ação, e juntando conhecimentos e esforços. De forma concisa, a diferença entre as RBAs pode descrever-se do seguinte modo: a FAO foca-se nas questões relacionadas com a política, conhecimento científico e capacitação técnica sobre os temas relevantes; o PAM fornece ajuda alimentar imediata em situações de emergência; e o FIDA financia projetos de desenvolvimento rural de longo prazo. Pode dizer-se que a FAO tem uma ação de base contínua, enquanto o trabalho do FIDA está focado no longo prazo e o do PAM no muito curto prazo, isto é, na resposta imediata. Como tal, os seus mandatos estão ligados por uma forte complementaridade, colaborando a todos os níveis e transversalmente entre áreas temáticas para a transformação dos sistemas agroalimentares visando o alcance do ODS 2 (PAM, 2024b).

A colaboração entre as agências é regida por orientações estratégicas atualizadas regularmente e traduzidas em memorandos de entendimento (FAO, 2024a). O último foi assinado em agosto de 2023 pelo Diretor-geral da FAO, QU Dongyu, a Diretora-executiva do PAM, Cindy McCain, e o Presidente do FIDA, Alvaro Lario, afirmando o compromisso das três RBAs no sentido de uma maior colaboração no terreno. Em vigor por um período de 5 anos, este acordo contempla seis áreas temáticas: sistemas agroalimentares; nutrição; igualdade de género e empoderamento feminino; fortalecimento da resiliência; juventude; e alterações climáticas, biodiversidade e ambiente. Além disso, as RBAs colaboram largamente através do CFS, plataforma intergovernamental, estabelecida em 1974 e com sede na FAO, dedicada à integração de diversos atores nos processos de discussão acerca da Segurança Alimentar e Nutrição, tais como governos, sociedade civil, agências da ONU, instituições financeiras e de investigação, setor privado, entre outros (CFS-FAO, 2022).

3.2. Impacto das Agências Baseadas em Roma nas políticas globais de Segurança Alimentar e atuação no contexto multilateral

A Agenda 2030 declarou o compromisso generalizado de todos os países do mundo com o Desenvolvimento Sustentável. Isto significa que existe uma visão mais ou menos consensual do caminho a seguir e dos objetivos que o orientam. Dessa forma, é expectável que os países subscrevam, com diferentes extensões, o trabalho realizado no seio da ONU, o que inclui, naturalmente, o trabalho das RBAs. Mallam, Garb e Ali (2025) argumentam que as organizações internacionais têm um papel essencial em moldar as respostas globais a problemáticas centrais à Agenda 2030, como as alterações climáticas e a agricultura, sendo os seus esforços importantes para construir resiliência nos países e garantir a segurança alimentar num contexto de crescente incerteza climática. As organizações internacionais são centrais na promoção de parcerias entre vários *stakeholders*, incluindo governos, ONG e setor privado, assim como na defesa de mudanças políticas a nível nacional e internacional, facilitando a responsabilização e transparência dessas mesmas políticas e estratégias implementadas, ao monitorizarem e orientarem o progresso em direção aos objetivos estabelecidos.

No caso em estudo, as RBAs são o ponto central do sistema de governança agroalimentar global e o “*go-to*” para assistência técnica e implementação de programas focados na transformação dos sistemas agroalimentares. (Dekeyser & Rampa, 2023). A FAO é mais orientada para a formulação política, lançando propostas políticas relativamente à situação global de Segurança Alimentar e riscos associados (como em situações de conflito). Para apoiar a sua ação, desenvolveu outras ferramentas de influência política, como o Índice de Preços dos Alimentos (FFPI, em inglês) que mede as alterações mensais nos preços internacionais de um cabaz de mercadorias, com base na média de cinco grupos de bens alimentares (cereais, óleos vegetais, carne, produtos lácteos e açúcar)⁸, o que permite identificar comportamentos voláteis e/ou de risco elevado para a Segurança Alimentar; o Sistema de Informação Global e Alerta Antecipado (GIEWS, em inglês) que monitoriza continuamente a situação de Segurança Alimentar à escala global e alerta os países para crises alimentares iminentes; e ainda o Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (AMIS, em inglês) plataforma inter agências com vista à melhoria da transparência nos mercados alimentares e nas respostas políticas para a Segurança Alimentar. Além disso, tem Comitês Técnicos dedicados à análise e revisão de orientações sobre matérias específicas, como o Comité da Agricultura, o Comité para os Problemas de Base (*commodities*), o Comité para as Pescas e o Comité das Florestas. No que concerne à realização do DHAA, a FAO criou diretrizes voluntárias para a sua realização progressiva que, por sua vez, influenciaram a criação de outros instrumentos com efeitos diretos na Segurança Alimentar, como o Quadro Estratégico Global para a Segurança Alimentar e Nutrição (GSF, em inglês) ou o Quadro de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional em Crises Prolongadas do CFS (CFS-FFA, em inglês), entre outros (Belay & Dessalegn, 2020; FAO, 2025a).

⁸ Cf. <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>

A atuação da FAO é hoje guiada pela estratégia dos “Quatro Melhores”: melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e vida melhor. Sob estes princípios, a FAO tem levado a cabo vários projetos por todo o mundo, como a implementação de sistemas de recolha de água da chuva (e.g., na Guatemala); melhoria da nutrição infantil em ligação com o apoio a pequenos produtores (e.g., em Angola e nas Honduras); proteção e preservação da biodiversidade de sementes para sistemas agroalimentares mais resilientes e seguros (e.g., no Mali); e empoderamento feminino, promovendo os seus direitos de propriedade e controlo da terra e o empreendedorismo (e.g., no Ruanda e na Guatemala), para uma vida melhor⁹.

O PAM, funcionando como líder da logística humanitária, tem um impacto direto e imediato na proteção e alívio das populações mais vulneráveis do mundo, afetadas por conflitos e desastres, garantindo diariamente a circulação de 5 mil camiões, 20 navios e cerca de 80 aeronaves de transporte de ajuda de emergência, alívio e reabilitação, ajuda ao desenvolvimento e operações especiais. Em 2023, o PAM fez chegar alimentos a mais de 100 milhões de pessoas. Com menos peso político do que a FAO, a influência do PAM nas políticas globais de Segurança Alimentar é menor, mas a sua atuação de emergência tem um peso fundamental no contexto multilateral. Por exemplo, no Afeganistão, onde a fome é uma ameaça para 1 em cada 3 pessoas e onde, mesmo restringido na sua ação por recentes cortes orçamentais, o PAM consegue chegar a cerca de 6 milhões dos 15 milhões de pessoas que necessitam da ajuda¹⁰ (PAM, 2025b).

O FIDA procura ter um impacto de longo prazo nos países em desenvolvimento, nomeadamente, junto das comunidades rurais mais pobres, apostando na resolução das causas sistémicas e estruturais das dificuldades de desenvolvimento e da fome e insegurança alimentar. Nestes contextos, a mobilização de recursos para investir na agricultura e melhorar a qualidade dos programas de desenvolvimento rural permite potenciar a eficácia dos mesmos e conseguir resultados de forma mais eficiente, levando tecnologias, ampliando infraestruturas e disponibilizando conhecimentos e capacidades em zonas onde, de outro modo, os avanços seriam irrefutavelmente mais demorados. Um dos resultados visíveis do impacto do FIDA é fruto do trabalho com governos e outros parceiros para introduzir seguros agrícolas e de risco climático para pequenos produtores, contando já com mais de 10 mil beneficiários¹¹ (FIDA, n.d.).

A FAO, tal como outras agências para o desenvolvimento, fornece um espaço de diálogo, facilitando a partilha de conhecimentos e contribuindo para iniciativas de construção de capacidade entre Estados-Membros. O contributo essencial das RBAs é a mobilização mais eficaz de conhecimentos e recursos, que permite apoiar a implementação e financiamento de projetos, políticas e estratégias associadas. Desta forma, as RBAs têm um impacto global notável pelo papel incontornável de sensibilização e capacitação sobre o tema da Segurança

⁹ Cf. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/3dc9af0a-924d-4f24-bd1b-92459312da57/content/fao-sustainable-development-goals-2022/chapter-2.html>

¹⁰ Cf. <https://www.wfp.org/emergencies/afghanistan-emergency>

¹¹ Cf. <https://www.ifad.org/en/w/explainers/braving-an-uncertain-world-with-agricultural-insurance>

Alimentar, e a sua atuação é particularmente valiosa para as populações mais vulneráveis, na promoção do acesso económico a uma alimentação adequada, acesso físico aos alimentos e produção quantitativa e qualitativamente apropriada, e melhoria do uso e da qualidade generalizada dos alimentos (Brandão et al., 2022; Mallam et al., 2025).

4. Dimensão diplomática e Segurança Alimentar no contexto português

4.1. Política externa de Portugal em relação à Segurança Alimentar

A localização geográfica de Portugal e o seu percurso histórico conferem à sua política externa três eixos fundamentais: a participação no processo de integração europeia, a ligação com territórios transatlânticos e a valorização do espaço lusófono. Estes eixos orientam toda a ação externa de Portugal, incluindo, naturalmente, quanto à Segurança Alimentar. Desta forma, a participação de Portugal no contexto internacional relativamente a esta temática deve ser analisada no âmbito da coordenação entre Estados-Membros no seio da UE, assim como do envolvimento ativo dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, claro, da sua participação nas RBAs (Camões, 2016).

Portugal atribui grande importância a questões associadas à alimentação e agricultura, particularmente no que concerne à luta contra a fome e a pobreza e ao desenvolvimento rural. Por este motivo, Portugal participa ativamente nas organizações multilaterais dedicadas à alimentação e agricultura, como a FAO, o PAM e o FIDA, contribuindo para o diálogo que permite chegar a respostas coletivas a questões agroalimentares complexas no plano global. Destaca-se a resposta à já mencionada crise alimentar de 2007-2008, a adoção dos ODS em 2015, a reação aos desafios da crise pandémica e o acompanhamento dos efeitos negativos da guerra Rússia-Ucrânia desde 2022, que introduziu grande volatilidade nos preços de algumas mercadorias alimentares, fertilizantes e energia. Na sua participação, Portugal promove sempre a transformação dos sistemas alimentares, procurando garantir uma alimentação adequada a nível global de forma sustentável e ambientalmente sã.¹²

O papel de Portugal nas instituições multilaterais é congruente com os eixos fundamentais da sua política externa. Enquanto Estado-Membro da UE, Portugal assinou ou ratificou todos os acordos internacionais necessários ao cumprimento da Política Agrícola Comum (PAC) e da Política Comum das Pescas (PCP), bem como um conjunto de regulamentos relacionados com a estratégia europeia para a Segurança Alimentar. A política de Segurança Alimentar da UE foca-se na proteção dos consumidores no que respeita à segurança dos alimentos (*food safety*), preservando o bom funcionamento do mercado único e conferindo-lhe o carácter de mercado mais seguro do mundo. Ademais, a Comissão Europeia introduziu a estratégia “Do Prado ao Prato”, adotada em 2021, que procura contribuir, também,

¹² Cf. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/agricultura-e-seguranca-alimentar#:~:text=Portugal%20apoio%20tamb%C3%A9m%20a%20autonomia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comit%C3%A9,resposta%20%C3%A0s%20quest%C3%B5es%20globais%20das%20cadeias%20agroalimen%20tares>

para a neutralidade climática do espaço europeu até 2050, integrada no Pacto Ecológico Europeu, através de propostas legislativas com vista à otimização da cadeia agroalimentar (Comissão Europeia, 2020; Diário da República, 2021).

Quanto ao espaço lusófono, aprovou-se em 2011 a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), que orienta os países da comunidade na realização progressiva do DHAA, através de uma ação coordenada, assente no fortalecimento da cooperação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)¹³, no respeito da soberania nacional. No centro desta estratégia está a promoção da agricultura familiar e a proteção dos grupos mais vulneráveis, tendo sido desenvolvido um conjunto de diretrizes para apoiar a agricultura familiar no seio da CPLP. As prioridades incluem o reconhecimento destes agricultores nos respectivos contextos nacionais, o aumento da eficiência e da eficácia das políticas relacionadas, e o desenvolvimento de um quadro legal e de propostas de políticas públicas de suporte. Estas ferramentas institucionais relevam o papel crucial dos agricultores familiares na garantia da SAN, assim como a sua contribuição para a coesão social e para o aumento da resiliência a potenciais impactos das alterações climáticas (CPLP, 2017; FAO, 2018; Diário da República, 2021; CPLP, 2025; Portal Diplomático, n.d.a).

Em julho de 2018, Portugal tornou-se no primeiro país europeu a estabelecer um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANP), que consiste numa plataforma que combina vários atores envolvidos na temática da SAN, mobilizando governo, sociedade civil, setor privado e academia, com vista à realização do DHAA. Coerente com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP), aprovada em 2021, Portugal explicita e efetiva os compromissos assumidos quer no seio da ONU, em particular das RBAs, quer no seio da CPLP, no quadro da ESAN-CPLP, enquanto ferramenta para a transformação dos sistemas alimentares, de modo a torná-los mais resilientes, inclusivos e sustentáveis (FAO, 2018; Diário da República, 2021).

Em 2024, o Brasil, membro da CPLP, aproveitou a realização da reunião do G20¹⁴ na cidade do Rio de Janeiro para lançar a proposta de estabelecer uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (GAAHP, em inglês), reafirmando o compromisso global com a Agenda 2030, particularmente no que toca aos ODS 1 e 2 - Erradicar a Pobreza e a Fome, respetivamente. Inicialmente vinculada ao G20, esta Aliança é hoje independente, embora os membros do G20 mantenham o seu empenho na mesma. Portugal juntou-se voluntariamente à Aliança, declarando o seu compromisso com os seus objetivos e reconhecendo que a fome e a malnutrição são manifestações perversas da pobreza e desigualdade estruturais. Empenhados no combate aos números alarmantes da prevalência de pobreza e insegurança alimentar dos

¹³ Segurança Alimentar e Nutrição (SAN) é, aliás, a expressão adotada pelo Brasil, país da CPLP com legislação mais avançada em matérias relacionadas com SAN, reconhecendo o Direito Humano à Alimentação na sua constituição. Cf. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/ministerio-reforca-importancia-de-aco-es-voltadas-a-garantia-do-direito-a-alimentacao-adequada>

¹⁴ Fundado em 1999, o G20 consiste num fórum onde as maiores economias do mundo (85% do PIB global, 75% do comércio internacional e 2/3 da população mundial) se juntam para discutir matérias de estabilidade económica e financeira a nível internacional. Cf. <https://g20.org/about-g20/>

últimos anos, Portugal e os países da Aliança adotam uma postura de maior ambição coletiva e de maior coordenação de esforços para atingir os ODS 1 e 2, dado ser considerada crucial uma abordagem alargada, que combine vários níveis de atuação: internacional, regional, nacional e local. À vista disso, os países comprometem-se a implementar, melhorar ou aprofundar políticas, programas e instrumentos domésticos que contribuam para a realização dos objetivos da Aliança: a erradicação da pobreza e da fome à escala global. A nível doméstico, isto verificou-se em Portugal com iniciativas como a “Garantia para a Infância” ou o estabelecimento de centros locais por todo o país, de modo a conseguir uma monitorização mais personalizada das crianças em risco de pobreza extrema e garantir o acesso de crianças e jovens a serviços essenciais, como educação, incluindo atividades curriculares e, pelo menos, uma refeição saudável por dia em meio escolar, e cuidados de saúde gratuitos. A nível internacional, Portugal comprometeu-se a cooperar e apoiar iniciativas relacionadas com a “Garantia para a Infância”, fornecendo conhecimentos e *capacity-building* a outros parceiros da Aliança com base na experiência doméstica, e em projetos como o “Quinta Portugal”, onde o trabalho em quintas no município de Aileu, Timor-Leste, visa melhorar a Segurança Alimentar no país, ou o “Projeto Tricafé”, que estabelece uma relação de cooperação entre Portugal, Brasil e Moçambique na produção de café de forma sustentável com sistemas agroflorestais em territórios moçambicanos. Este projeto exemplifica o papel de crescente preponderância de Portugal na cooperação triangular¹⁵, incluindo no âmbito da Segurança Alimentar. Além da cooperação técnica e da partilha de conhecimentos, Portugal comprometeu-se também financeiramente com pagamentos anuais à Aliança. (Garantia para a Infância, 2022; GAAHP, 2024a, 2024b).

O Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. promoveu, no âmbito do “Fundo de Cooperação Triangular Portugal, América Latina e África”, projetos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável através de iniciativas de cooperação triangular. Em 2024, Portugal anunciou o financiamento deste fundo no valor de 1 milhão de euros, a ser gerido pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (Camões, 2024; SEGIB, 2025). Na 8ª Conferência Internacional sobre Cooperação Triangular do Escritório da ONU para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC, em inglês), organizada pelo Camões e pela OCDE e realizada em Lisboa, focada na promoção da cooperação triangular, Portugal anunciou a sua primeira contribuição para a UNOSSC (Camões, 2024b; UNOSSC, 2024).

A política externa de Portugal em relação à Segurança Alimentar demonstra o seu compromisso com esta problemática, associando, em conformidade com aquilo que são os eixos fundamentais da sua política externa os acordos e estratégias de Segurança Alimentar no seio da UE com os seus compromissos no espaço lusófono, nomeadamente, com a ESAN-CPLP que, há já mais de uma década, se dedica à realização do DHAA no seio da comunidade.

¹⁵ Cooperação Triangular é um tipo de cooperação internacional que aproveita as vantagens comparativas de cada parceiro, como conhecimentos ou recursos financeiros, geralmente combinando dois ou mais países em desenvolvimento com um país desenvolvido. Cf. <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/>

4.2. O papel de Portugal junto das RBAs: iniciativas de cooperação multilateral

Portugal posiciona-se como defensor do multilateralismo, respeitando e relevando a sua participação no sistema multilateral. Como tal, o seu papel junto das RBAs é ativo e expressivo, imbuído nos pilares da sua política externa, isto é, da orientação para a integração europeia, para o espaço lusófono, e para as relações transatlânticas.

Em 2009, foi estabelecido um escritório de informação e comunicação da FAO em Lisboa que visava promover a visibilidade da organização no país e fortalecer as relações entre a FAO e os principais parceiros, incluindo a CPLP, ONG, sociedade civil, institutos académicos e de investigação e o setor privado. Além disso, o escritório foi estabelecido no sentido de ampliar os esforços conjuntos no combate à fome e pobreza, apoiando a ESAN-CPLP através de cooperação técnica. Em 2018, o escritório, que funcionava a partir do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, passou a funcionar na sede da CPLP, assinalando a aproximação da FAO e da CPLP e os esforços de Portugal nesse sentido. Todavia, acabou por ser encerrado no final de 2019 pela FAO e assim permanece até hoje¹⁶. Não obstante, a FAO continua a ser parceira e a prestar assistência técnica em alguns projetos em que Portugal está envolvido, nomeadamente, no programa FRESAN - Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola, cogerido pelo Camões, FAO e PNUD e financiado pela UE (FRESAN, 2024). Ademais, Portugal coopera com a FAO no âmbito da Parceria Global do Solo (GSP, em inglês), enquanto parceiro nacional e com instituições-parceiras como a *Food4Sustainability*, Sociedade Portuguesa das Ciências do Solo e Universidade de Coimbra (FAO, 2025c).

Em 2010, o padrão alimentar da Dieta Mediterrânica foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, em inglês) como Património Cultural Imaterial da Humanidade. Em 2013, Portugal juntou-se a esta iniciativa numa nova candidatura bem-sucedida e, em 2018, o governo português assinou um protocolo para a criação do Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica (CCDM). Neste momento, Portugal faz parte da lista de países que, no seio da FAO, lançou a proposta para o estabelecimento do Dia Internacional para a Dieta Mediterrânica¹⁷, que, porém, ainda depende de aprovação na próxima sessão da Conferência da FAO (FAO, 2018).

No seu conjunto, a CPLP consiste em, aproximadamente, 296 milhões de pessoas¹⁸. Espalhada por 4 continentes, é composta por países com realidades muito distintas e IDH que varia entre o nível mais alto e o mais baixo. Desta forma, a CPLP afigura-se como um excelente fórum de diálogo, consulta, convergência e partilha de conhecimentos, representando uma oportunidade única para a FAO desenvolver novas ferramentas enquanto promove a cooperação Sul-Sul, Norte-Sul e triangular. Foi assinado, em 2014, um Programa de

¹⁶ Cf. <https://www.agroportal.pt/escritorio-da-fao-em-portugal-desativado-e-planos-de-evolucao-para-parceria-suspensos/>

¹⁷ Cf. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/6d828c78-f9d6-4f9b-b060-2b34c85b2023/content>

¹⁸ Fonte: Dados do Banco Mundial referentes ao ano de 2023.

Cooperação Técnica entre a FAO e a CPLP, para a erradicação da fome. Este Programa, com uma contribuição total de cerca de meio milhão de dólares, destinou-se, ao reforço da implementação da ESAN-CPLP. Com os esforços conjuntos entre a FAO e a CPLP, quase todos os países da comunidade têm hoje estratégias nacionais de SAN orientadas pelos compromissos firmados na ESAN-CPLP, verificando-se uma melhoria na cooperação entre membros e na governança sobre SAN, tal como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) tem constatado (FAO, 2018; CPLP, 2021; CONSAN-CPLP, 2023).

Quanto às restantes RBAs, Portugal contribuiu em 2023 com mais de 5 milhões de dólares americanos para o PAM, o valor mais elevado de transferências anuais portuguesas para esta agência humanitária, que, como já referido, funciona à base de contribuições voluntárias. Cerca de 92% deste valor foi atribuído na modalidade flexível, com a sua grande maioria destinando-se à iniciativa “*Grain from Ukraine*”, um programa humanitário promovido pelo Presidente da República da Ucrânia que procurou mitigar os efeitos negativos da guerra em território ucraniano na Segurança Alimentar mundial, através do envio de cereais oriundos da Ucrânia para países em situação de insegurança alimentar. Já em 2024, Portugal destinou 2 milhões de euros, menos de metade do valor pago no ano anterior, à mesma campanha, especificando a sua orientação para benefício dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Diário da República, 2023; 2024; PAM, 2024a).

No FIDA, Portugal tem vindo a reforçar gradualmente o seu papel, com uma aposta crescente na cooperação triangular, assumindo um papel ativo no debate internacional sobre o tema. Assinado em 2007, o Acordo de Cooperação entre a CPLP e o FIDA sobre desenvolvimento rural, visa a aproximação entre as duas instituições para facilitar o diálogo sobre políticas de desenvolvimento rural e identificação de oportunidades de financiamento e/ou parcerias para intervenções coordenadas. Este acordo procura ainda fortalecer o trabalho do FIDA junto das populações mais pobres destes países, alinhando-o com as estratégias nacionais de combate à pobreza. Vemos assim que, também no seio do FIDA, a ação de Portugal é, primariamente, guiada pela sua orientação para o espaço lusófono, não esquecendo, todavia, a sua pertença ao espaço europeu. Em 2023, fez uma declaração no Conselho de Governadores do FIDA posicionando-se, enquanto Estado-Membro da UE, fortemente alarmado com a situação de Segurança Alimentar nos países mais vulneráveis, agravada pela crise pandémica, alterações climáticas e conflitos em curso, nomeadamente a guerra Rússia-Ucrânia (FIDA, 2006; FIDA, 2023).

Enquanto país com IDH mais elevado da comunidade e com menor grau de insegurança alimentar¹⁹, Portugal tem-se empenhado no fortalecimento dos restantes países da CPLP, através de uma ação coordenada na governança relativamente à Segurança Alimentar e à realização do DHAA dentro da FAO, do PAM e do FIDA. A promoção da cooperação triangular, o financiamento de projetos direcionados para estes países e a voz ativa que adota,

¹⁹ Dados retirados do website do Banco Mundial.

respeitando as diretrizes oriundas do espaço europeu, descrevem o papel que Portugal tem procurado ter no seio das RBAs.

5. Enquadramento do Estágio

5.1. Embaixada de Portugal em Roma

Em janeiro de 2025, dei início ao meu percurso enquanto estagiária, através do PEC-MNE, na Embaixada de Portugal em Roma. Esta Embaixada situa-se no bairro Parioli, na zona norte da cidade, habitado por Embaixadas de vários outros países, designadamente a Ucrânia, o Chile e o Líbano. É aqui que Portugal assegura a sua representação diplomática em Itália, ocupando o primeiro andar de um edifício, com a Chancelaria de um lado e a Secção Consular do outro.

O MNE português é a instituição que formula e coordena a política externa de Portugal, possuindo uma rede diplomática que assegura a representação do país noutros países e em organizações internacionais. A ação diplomática, desenvolvida nas embaixadas e missões permanentes, dedica-se às relações entre Estados e entre os Estados e as organizações em que se insere, enquanto a ação consular, que se efetua nos postos consulares, trata da proteção e prestação de serviços aos nacionais residentes no país onde está acreditado o respetivo posto (Portal Diplomático, n.d.b).

Inserida na rede diplomática portuguesa, a Embaixada de Portugal em Roma é composta pela secção Política/Consular, a cargo do MNE português, que trata da prestação de serviços e apoio aos cidadãos portugueses em Itália, a secção para a Agricultura, a cargo do Ministério da Agricultura, que gere os assuntos relativos à agricultura e alimentação, e desenvolve ainda atividades culturais. Como em todas as missões diplomáticas, nesta Embaixada são fomentadas e relatadas as relações bilaterais entre Portugal e Itália, assim como a sua posição dentro das organizações multilaterais em Roma, as RBAs, enquanto países distintos, mas próximos, ambos Estados-Membros da UE. Existe ainda, em território italiano, uma secção económica e comercial e outra dedicada ao turismo, localizadas na cidade de Milão, no norte do país. O Embaixador português em Roma, além de Itália, está acreditado na Albânia, Malta e São Marino.

Esta Embaixada é constituída pelo Embaixador, Bernardo Futscher Pereira, e dois diplomatas: a Ministra Conselheira, Maria João Coutinho, e o Conselheiro e Encarregado da Secção Consular, João Camilo Costa. É ainda composta pelo Conselheiro Agrícola e Representante Permanente de Portugal nas RBAs, David Gouveia; a técnica de assuntos administrativos e financeiros, Rita Lourenço; os técnicos de assuntos consulares, Berenice Rossini, Ana Sousa, Vittoria Leone e Abdelazime Khairi; os técnicos de assuntos culturais, Isabella Padellaro e Claudio Trognoni; e o secretariado, composto por Mariana Raposo, Sara Amaro e Valeria Bottiglieri. Durante o meu período de permanência, trabalhavam 12 pessoas na Embaixada, tendo experienciado o intervalo entre a saída do anterior e a entrada em funções

do novo Conselheiro Agrícola (cargo desocupado de dezembro de 2024 a maio de 2025), assim como o período de licença de maternidade de uma das técnicas dos assuntos consulares. Os eventos e receções oficiais aconteciam na residência oficial da Embaixada de Portugal em Roma, a Villa Barberini, onde trabalhavam ainda outros assistentes operacionais.

Dada a ausência temporária do Conselheiro Agrícola e considerando a minha formação e conhecimentos académicos, foram-me atribuídas tarefas maioritariamente no âmbito das RBAs e dos assuntos relacionados com a agricultura e sustentabilidade em Itália. Não obstante, sendo a única estagiária, tive a oportunidade de participar também em iniciativas bilaterais relativas a diversos outros assuntos e de apoiar os trabalhos da Secção Consular.

5.2. Descrição das atividades de estágio

Durante o meu estágio na Embaixada de Portugal em Roma, entre 15 de janeiro e 15 de abril de 2025, realizei várias tarefas que estavam previstas no plano de estágio, monitorizadas através de trabalho direto e diário com o orientador de estágio na instituição de acolhimento, o Embaixador, assim como os diplomatas e restante *staff*.

As tarefas de um estágio curricular ao abrigo do PEC-MNE preveem, geralmente, a prestação de apoio aos diplomatas e conselheiros técnicos, a gestão de assuntos administrativos e consulares, assim como organização e a participação em reuniões e eventos, a elaboração de relatórios e *briefings* e o desenvolvimento de correspondência diplomática (e.g. telegramas). Em todas estas tarefas, por se tratar de um estágio curricular, prevê-se a adaptação à área de especialização do estagiário. No meu caso, considerando que realizei este estágio no contexto do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, as tarefas que me foram sendo atribuídas foram, na sua grande maioria, no âmbito da cooperação internacional e das organizações multilaterais, particularmente das RBAs. Desta forma, o meu tempo na Embaixada de Portugal em Roma foi largamente dedicado ao tema da SAN e à participação em *briefings*, reuniões e eventos relacionados com a temática.

No meu primeiro dia na Embaixada, após dialogar com os meus supervisores e ter sido acordado, em conjunto, que daria apoio principalmente à pasta que seria do Conselheiro Agrícola, foi-me pedido que elaborasse um enquadramento detalhado sobre as RBAs, o seu funcionamento, o organograma, os seus subsidiários, o respetivo mandato e a calendarização de atividades para os meses seguintes. Na 176ª sessão do Conselho da FAO, em dezembro de 2024, a administração da FAO lançou a proposta para potenciais reformas institucionais da organização, a serem discutidas entre os membros (FAO, 2024b). Porém, os membros do Conselho rejeitaram a discussão deste documento, por várias razões, e ficou decidido que no período entre a 176ª e a 177ª sessão do Conselho da FAO, o Presidente Independente do Conselho (ICC, em inglês) convocaria reuniões informais com os membros da FAO para discutir as potenciais reformas da organização, de forma a que, a acontecer uma renovação institucional, esta fosse de natureza inclusiva e guiada pelos seus membros. Posto isto, a primeira reunião em que participei no seio das RBAs foi, precisamente, a primeira reunião

informal convocada pelo ICC para discussão da reforma da FAO. Estas reuniões estenderam-se ao longo dos meses em que estive na Embaixada, tendo havido um total de cinco. A minha participação nestas reuniões tinha como objetivo fundamental a preparação de uma síntese que indicasse a posição geral dos membros e o rumo da discussão, a entregar à Ministra Conselheira. Na 177ª sessão do Conselho da FAO, realizada em abril de 2025, não havia um documento final a apresentar ao Conselho com as conclusões destas reuniões informais, porque os membros não conseguiram chegar a acordo. O processo de discussão continuará²⁰.

Entre reuniões informais entre o ICC e os membros da FAO, participei também em reuniões do Grupo Regional Europeu (GRE) – existem grupos regionais dentro da FAO que analisam, entre membros da mesma região, os assuntos em discussão de forma a coordenar posições e, por vezes, fazem declarações em nome de todos os membros da respetiva região – onde se discutiram as posições sobre a potencial reforma institucional da FAO, a elaboração de um plano de ação para atingir o ODS 2, sem ultrapassar o limiar de 1.5°C de aumento da temperatura global²¹ e os trabalhos que os membros do GRE que fazem parte dos comités técnicos da FAO têm desenvolvido.

Como já foi referido, a UE é Organização-Membro da FAO. Por este motivo, existe uma delegação da UE em Roma, sediada na Villa Europa, chefiada pelo Embaixador Martin Selmayr. Esta delegação reúne regularmente com os representantes dos Estados-Membros em Roma e realiza, no início de cada ano, um retiro com os Chefes de Missão. Impedido de participar pessoalmente em janeiro de 2025, o Embaixador pediu-me que representasse a delegação portuguesa. Neste retiro, os principais temas de discussão foram a Nova Visão para a Agricultura da UE²² e a potencial reforma institucional da FAO. Esta Nova Visão para a Agricultura ainda não tinha sido publicada, o que significa que a discussão se baseou numa troca de ideias acerca das prioridades que deveriam ser estabelecidas, com ênfase nos agricultores, na atração dos jovens para a agricultura, na agricultura familiar e na bioeconomia²³. Quanto à potencial reforma institucional, e apesar da reticência de vários membros quanto à pertinência de iniciar um processo de reforma por ser longo e dispendioso, sublinhou-se a necessidade de adotar, enquanto UE e enquanto Estados-Membros da UE, uma posição menos defensiva e de liderança do processo. Nas reuniões informais com o ICC que se seguiram, assim como na 177ª sessão do Conselho da FAO, verificou-se uma maior participação dos Estados-Membros da UE neste sentido.

No início de fevereiro realizou-se a 48ª sessão do Conselho de Governadores do FIDA, para a qual o Embaixador de Portugal em Roma foi convidado a participar no evento “Diálogo de Governadores sobre cooperação Sul-Sul e triangular”. Além do Embaixador português, o painel do evento contou com representantes do Brasil, China, Egito e Índia. Acompanhei o

²⁰ Cf. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/f6d54fde-25c9-4044-9e04-66ba8f91b691/content>

²¹ Cf. <https://www.fao.org/interactive/sdg2-roadmap/en/>

²² Cf. https://agriculture.ec.europa.eu/overview-vision-agriculture-food/vision-agriculture-and-food_en

²³ Bioeconomia refere-se à utilização de recursos biológicos para produzir alimentos, materiais e energia. Cf. https://research-and-innovation.ec.europa.eu/research-area/environment/bioeconomy_en

Embaixador, assim como a Subdiretora-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças, Dra. Rosa Caetano, e a Chefe da divisão de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e das Pescas, Eng. Cristina Hagatong, pela delegação portuguesa. Durante o evento, enalteceu-se o papel da GAAHP, não só pela sensibilização para o tema da SAN, mas também por facilitar a mobilização de recursos financeiros e técnicos para o combate à fome e à pobreza. Quanto à cooperação triangular, referiu-se a crescente aposta neste tipo de cooperação, que passou a ser gerida pelo departamento de *country operations* do FIDA, mais perto do terreno, e cujas prioridades são o combate às alterações climáticas e à fragilidade das comunidades rurais mais pobres e a criação de parcerias com vista ao desenvolvimento. Todos os membros do painel referiram um panorama internacional desafiante e incerto que deve ser confrontado com o reforço e a adaptação da cooperação internacional, designadamente através de novas tecnologias, novos atores, novas formas de APD e parcerias público-privadas²⁴.

Ainda no mês de fevereiro, participei e elaborei uma síntese sobre o lançamento do Relatório da Comissão Kofi Annan sobre Segurança Alimentar (Kofi Annan Foundation, 2025). Esta comissão foi criada para analisar lacunas críticas na governança da Segurança Alimentar global e, como tal, este relatório é composto por várias recomendações que visam colmatar essas lacunas. Durante o evento, os membros do painel mencionaram a necessidade de transformar radicalmente governos, organizações internacionais, setor privado, entre outros, se se pretender realmente atingir os objetivos da Agenda 2030. Este relatório prioriza a equidade e inclusão, a prevenção dos problemas associados à SAN com intervenção antecipada e *peacebuilding* nas situações em que esta ocorre devido a conflitos, e a garantia dos bens públicos por parte dos governos. Ademais, é atribuída grande importância ao trabalho no terreno, ao envolvimento dos jovens, tanto no terreno como nos centros de decisão, e à necessidade de garantir respostas mais proativas no que toca à insegurança alimentar. Tal como no evento anterior, foi mencionada a relevância da GAAHP e a fragilidade do sistema multilateral. Foram ainda feitas algumas críticas à governança da SAN, nomeadamente aos órgãos governativos das RBAs e à sua passividade e preocupação com problemas irrelevantes perante um ODS 2 que não parece ser possível de atingir.

O Ministério da Agricultura, Soberania Alimentar e Florestas italiano (MASAF) realiza *briefings* prévios ao Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas da UE (AGRIFISH, em inglês), em Bruxelas, geralmente na sexta-feira imediatamente antes da reunião do Conselho. O objetivo destes *briefings* é, no fundo, discutir o que será tratado no Conselho e tomar conhecimento da posição do governo italiano relativamente à agenda da respetiva reunião (para informar Lisboa e a delegação portuguesa em Bruxelas). Deste modo, participei em dois *briefings* pré-Conselho AGRIFISH, onde os representantes do MASAF declararam a posição italiana sobre temas como a nova PAC da UE, a situação do mercado agroalimentar a nível mundial (em larga medida, graças aos anúncios da presidência dos EUA relativamente às tarifas

²⁴ Informação retirada de apontamentos pessoais dos discursos do painel no decorrer do evento em questão. Panfleto informativo do evento: <https://webapps.ifad.org/members/gc/48/docs/GC48-Flyer-SSTC-e.pdf>

comerciais), *rural proofing*²⁵, a próxima PCP da UE, a campanha europeia de promoção da aquicultura e outras propostas mais específicas lançadas por alguns Estados-Membros para serem discutidas no Conselho.

O Conselheiro Agrícola e Representante Permanente de Portugal junto das RBAs recebe, frequentemente, convites para participar em “Grupos de Amigos” dedicados a diferentes temas dentro da SAN. Na sua ausência, acompanhei a Ministra Conselheira à reunião do Grupo de Amigos para o DHAA, em fevereiro. Trata-se de uma reunião informal dedicada à realização do DHAA e à sua inclusão nas mais variadas plataformas de discussão sobre a SAN, como o CFS, os órgãos administrativos das RBAs, na GAAHP, entre outras. Nesta reunião, os membros sublinharam que o DHAA voltou ao centro da agenda da Segurança Alimentar mundial em 2024 e que o *momentum* se deve manter em 2025 e diante. Por ser uma reunião informal, foca-se na partilha de ideias e sugestões de modo a tornar a defesa pela realização do DHAA o mais eficaz possível, com recomendações sobre o tipo de linguagem mais apropriado, eventos e iniciativas associadas. A pressão efetuada para a realização do DHAA já conseguiu que este fosse incluído no Plano Estratégico da FAO para 2022-2031, presente no documento da revisão, realizada este ano, no âmbito da “inclusão”, uma das áreas transversais do plano, a par do género e juventude (FAO, 2025d).

Em março realizou-se, ao longo de uma semana, a 140ª sessão do Comité Programático (CP) e a 203ª sessão do Comité Financeiro (CF) da FAO, às quais assisti na condição de observadora, dado que Portugal não é membro de nenhum destes comités. A calendarização destas sessões previa sessões conjuntas e sessões separadas, tendo tido início numa sessão conjunta aberta com o discurso do Diretor-Geral da FAO, QU Dongyu, que declarou o seu apreço pela nova presidência dos “USA brothers”. Apesar do tom tendencialmente crítico e provocatório do discurso, o Diretor-Geral aproveitou para fazer o seu agradecimento à GAAHP. De acordo com a agenda, debateram-se o Documento de Revisão do Plano Estratégico da FAO para 2022-2031, o Plano de Médio-Prazo da FAO para 2026-2029 e o Orçamento da FAO para 2026-2027. Nestas sessões foi dado grande destaque ao panorama financeiro da organização, descrito como o horizonte de financiamento mais desafiante de sempre perante crescentes necessidades, considerando que a FAO tem défice orçamental crónico e que os EUA cessaram o financiamento da organização por estarem a atravessar um período de 180 dias de revisão da posição do país nas organizações internacionais em que se insere²⁶, rejeitando a utilização dos dólares americanos em questões associadas à diversidade, equidade e inclusão²⁷ e à própria Agenda 2030, que consideram incompatíveis com a sua soberania.

²⁵ Refere-se à verificação rural das políticas, de modo a torná-las apropriadas para as comunidades e zonas rurais. Cf. https://rural-vision.europa.eu/action-plan/cross-cutting/rural-proofing_en

²⁶ Cf. <https://geneva.usmission.gov/2025/02/05/executive-order-on-certain-un-organizations-and-all-international-organizations/>

²⁷ Refere-se à “ideologia DEI” - *Diversity, Equity and Inclusion*. Cf. <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/ending-radical-and-wasteful-government-dei-programs-and-preferencing/>

A suprarreferida 177ª sessão do Conselho da FAO, que teve lugar de 7 a 11 de abril, foi o último evento no qual participei no âmbito do estágio, acompanhada na delegação portuguesa por um representante do MNE, Luís Coelho Silva, e do Ministério da Agricultura e das Pescas, Maria São Luís Centeno. Nesta sessão, além de apresentadas as (não-)conclusões das reuniões informais entre o ICC e os membros da FAO para uma potencial reforma da organização, foram discutidos temas como o impacto da situação em Gaza e da guerra Rússia-Ucrânia na SAN mundial, o papel da FAO nas intervenções de emergência, os relatórios da 140ª sessão do CP e da 203ª sessão do CF, a proposta para o Dia Mundial da Dieta Mediterrânica e outros pontos previstos na agenda²⁸. Foi-me ainda pedido que participasse num almoço realizado na Villa Europa, delegação da UE para as RBAs, onde se discutiu a posição dos Estados-Membros relativamente a vários destes pontos, apelando-se àqueles que são membros do Conselho (não é o caso de Portugal) que intervissem a favor das posições ali acordadas para fortalecer o papel da UE nos órgãos administrativos da FAO.

A participação em eventos, reuniões e *briefings* ocupou a maioria do tempo que passei na Embaixada, embora ainda tenha dedicado algum tempo à elaboração de telegramas e de sínteses sobre documentos recebidos no secretariado no âmbito da temática da SAN, como o já referido “2025 Global Outlook” do PAM, onde são expostos os principais objetivos e desafios do PAM para o ano de 2025, assim como prioridades, estratégias e recursos necessários à sua operacionalização; o pedido de financiamento urgente para o Serviço Aéreo Humanitário da ONU, gerido pelo PAM²⁹ e que, devido a deficiências críticas no financiamento, fez um pedido urgente aos membros do PAM para sustentar as suas atividades no Afeganistão em 2025, no valor de 10,5 milhões de dólares americanos; ou o convite para a participação na Cimeira “Nutrition for Growth” (N4G) em Paris, a 27 e 28 de março de 2025. Esta cimeira, dedicada à importância da nutrição, realizou-se pela primeira vez em 2013 e repete-se de 4 em 4 anos, sendo geralmente organizada pelo país-anfitrião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos para aproveitar a publicidade internacional gerada por estes eventos³⁰.

5.3. Análise crítica das atividades de estágio

Como já foi referido, quando cheguei à Embaixada de Portugal em Roma, em janeiro deste ano, recebi com agrado a sugestão dos meus supervisores de que eu me dedicasse principalmente aos trabalhos das RBAs e, conseqüentemente, a questões relacionadas com a temática da SAN, para conhecer melhor o funcionamento das organizações internacionais e o papel dos representantes nacionais dentro das mesmas, tarefa a que me dediquei com afinco ao longo do meu período de permanência em Roma.

Enquanto estudante do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, sabia que me faltava preencher algumas lacunas de conhecimento, acima de tudo, de ordem prática, pelo que a possibilidade de presenciar o funcionamento do sistema de cooperação

²⁸ Cf. <https://www.fao.org/governing-bodies/council/cl-177/en>

²⁹ Cf. <https://www.wfp.org/unhas>

³⁰ Cf. <https://www.gainhealth.org/nutrition-growth-n4g-summit>

multilateral correspondeu e ultrapassou as minhas expectativas. Desde a calendarização das reuniões e eventos, à discussão e aprovação das agendas para cada sessão, aos discursos ora moderados ora inflamados, os grupos de países *like-minded*, com as suas diferenças e semelhanças, foram um “espetáculo” e uma experiência impressionante para uma principiante como eu. Tive sorte pela enorme confiança que os meus supervisores depositaram em mim para acompanhar a delegação portuguesa ou, muitas vezes, representá-la sozinha, em diversas ocasiões e contextos, assim como a liberdade e orientação que me deram na elaboração das sínteses, relatórios e correspondência diplomática. Poder observar e envolver-me também nas secções consular e cultural, por vezes de forma direta, outras indireta, contribuiu ainda largamente para a minha compreensão do funcionamento de uma Embaixada e da rede diplomática portuguesa.

As participações nos eventos, reuniões e *briefings*, que por um lado, descreveria como um “espetáculo” enquanto estudante de assuntos internacionais, por outro corroboraram algumas das críticas que vêm a ser feitas, há muito tempo, ao sistema multilateral. Tornou-se claro, nas longas horas que durou cada dia das sessões dos comités e Conselho da FAO, que se perde muito tempo a discutir pormenores que não contribuem diretamente para alcançar a Segurança Alimentar para todos, como é objetivo fundamental da FAO, nomeadamente no que toca à redação dos relatórios finais de cada ponto da agenda que é discutido, onde, por vezes, se perdem horas na proposta ou rejeição de uma mera palavra. Ademais, foi várias vezes mencionada a necessidade de tornar a FAO, o PAM e o FIDA mais transparentes e eficientes. Embora existam esforços neste sentido, por exemplo, com a criação do portal da transparência no *website* da FAO, que tem dados sobre a transparência da organização, permitindo acesso fácil à informação sobre o seu funcionamento³¹, esses esforços são insuficientes, com críticas de vários Estados-Membros à falta de transparência e eficiência da organização, particularmente no que toca à sua administração. Por outro lado, as sessões em que participei nas RBAs revelaram uma tentativa constante de garantir discussões inclusivas e justas, com intervenções de membros observadores e com a inclusão das propostas lançadas pelos Estados-Membros em agendas, por vezes, já pesadas. No meio das críticas e frustrações, surgem testemunhos de países ou comunidades que beneficiaram dos esforços das RBAs, dando sentido ao trabalho de todos os presentes nestas organizações. Ainda assim, e considerando todos os dados aqui mencionados dos relatórios anuais sobre o estado da Segurança Alimentar no mundo, é incompreensível os gastos em tempo, espaço e detalhes, dinheiro que seria, e é, necessário no terreno, onde a população em situação de insegurança alimentar continua a sofrer. Da mesma forma, é incompreensível que se tenha dedicado tanto tempo à discussão de uma potencial reforma da instituição, incluindo a proposta do próprio Diretor-Geral da FAO, que incluía, entre outras coisas, o aumento da duração do seu mandato e do seu salário, a subtrair a esses mesmos “escassos recursos”.

Um comentário que surgiu sistematicamente entre discursos de vários países e em diferentes fóruns de discussão, foi a crise que o sistema de cooperação multilateral enfrenta. Dada a conjuntura atual, parece justo afirmar que a crise das organizações multilaterais está a

³¹ Cf. <https://www.fao.org/transparency/en>

ser provocada pelos “arquitetos” deste mesmo sistema. Contudo, verificamos passividade e reticência na oposição a esta afronta por parte dos países que, tal como Portugal, ainda se assumem como defensores do multilateralismo. “Escondido” atrás das orientações da Villa Europa e, sobretudo, de Bruxelas (outro problema visível de descoordenação dentro da UE que terá, seguramente, as suas consequências negativas na eficácia da sua participação nas RBAs), Portugal pouco ou nada aproveita a sua representação nas RBAs para reforçar a importância da cooperação multilateral, que pauta as suas iniciativas dedicadas à temática da SAN que aqui foram referidas.

O estágio foi uma oportunidade de ver, na prática, o que pude aprender, na teoria, ao longo deste Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, alargando e aprofundando os meus conhecimentos sobre variados temas. Quando falamos em desenvolvimento internacional, a Agenda 2030 da ONU e respetivos ODS são centrais. O estágio na Embaixada de Portugal em Roma permitiu-me ver como é que a Agenda 2030 influencia normativamente o papel das organizações multilaterais e, também, a posição das representações permanentes em Roma, nos seus discursos e nas propostas que lançam. Parte dos conhecimentos sobre os quais elaborei este Relatório foram aprendizagens adquiridas ao longo deste ciclo de estudos, em unidades curriculares como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Economia e Política do Desenvolvimento, Ciências Sociais e Desenvolvimento, Meio-Ambiente e Recursos Naturais, Globalização e Desenvolvimento, entre outras; outra parte foram conhecimentos que adquiri “no terreno”, ao longo dos meses que passei em Roma. Sei que os absorvi verdadeiramente por não saber hoje distinguir estas diferentes partes. Desta forma, pude dar o meu pequeno e breve contributo à instituição que me acolheu, possuindo conhecimentos relevantes para o desenvolvimento das tarefas de estágio e para colmatar as carências que as ausências na Embaixada, assim como as condições atuais da mesma, provocaram.

Posso afirmar que estagiar na Embaixada de Portugal em Roma foi extremamente enriquecedor a nível pessoal e profissional. Quando me candidatei ao PEC-MNE, candidatei-me apenas à vaga nesta Embaixada, porque era precisamente a sua relação com as RBAs que mais me interessava. Enquanto estudante de um Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, faltava-me experienciar o que se faz, na prática, com vista ao alcance dos ODS, a atingir até 2030. Em particular, quanto ao ODS 2, dado um interesse pessoal pela temática da SAN, desde que me foi mencionada, pela primeira vez, no primeiro semestre do Mestrado. A possibilidade de presenciar, “ao vivo e a cores”, o funcionamento do sistema multilateral e da governança global para a Segurança Alimentar, ultrapassou quaisquer expectativas e, apesar de ter corroborado algumas das críticas à transparência, eficácia e eficiência nas RBAs e no sistema de cooperação multilateral no geral, não retirou sentido ao percurso académico e pessoal que tenho vindo a construir, almejando um dia poder contribuir com a minha parte para “minimizar” o sofrimento no mundo.

6. Conclusão

O presente Relatório de Estágio permitiu analisar, à luz da experiência na Embaixada de Portugal em Roma, o papel das RBAs na agenda global da Segurança Alimentar, bem como a forma como esta se insere na estratégia diplomática portuguesa, em consonância com os três eixos fundamentais da sua política externa: integração europeia, espaço lusófono e relações transatlânticas.

Em 2023, mais de 700 milhões de indivíduos estava em situação de subnutrição crónica, mais de 2 mil milhões viviam em contexto de insegurança alimentar moderada ou severa e mais de 800 milhões em situação de insegurança alimentar severa, o que demonstra claramente que os esforços no combate à fome são vitais (FAO et al., 2024). As RBAs são, a nível global, atores centrais na promoção de uma resposta coordenada, técnica e política, a estes desafios, agravados por fenómenos como conflitos, crises económicas e alterações climáticas. A FAO destaca-se pela sua capacidade de gerar conhecimento, influenciar políticas públicas e estruturar estratégias multilaterais com base científica e técnica. O PAM, pela sua atuação de emergência, assegura respostas vitais em contextos de crise humanitária, usando a alimentação como veículo de paz e estabilidade. Já o FIDA, atua num plano de longo prazo, promovendo o desenvolvimento rural sustentável, com especial foco nas comunidades mais pobres e vulneráveis. Em conjunto, estas agências assumem uma função estruturante na governação global dos sistemas agroalimentares, operando com complementaridade e interdependência no cumprimento do ODS 2.

Portugal afirma atribuir grande importância a questões associadas à alimentação e agricultura, atribuindo uma certa prioridade à temática da SAN no plano internacional. Apesar do encerramento do escritório da FAO em Lisboa, Portugal colabora com a organização em iniciativas como o programa FRESAN em Angola, projetos no âmbito da GSP e a promoção da Dieta Mediterrânica como referência cultural e nutricional na FAO. No que respeita ao PAM, Portugal tem participado com contribuições significativas, com destaque para a campanha "*Grain from Ukraine*", canalizando ajuda para os PALOP. No FIDA, destaca-se a aposta na cooperação triangular, especialmente no apoio ao desenvolvimento rural nos países da CPLP. Ao assumir um papel ativo nos debates internacionais e no financiamento de iniciativas, Portugal afirma-se como um ator diplomático relevante na promoção da Segurança Alimentar, articulando a sua pertença europeia com o compromisso com os países lusófonos.

No plano diplomático português, a relação com estas agências é consistente com a política externa nacional. Portugal assume-se como um defensor do multilateralismo e participa de forma ativa nos fóruns internacionais dedicados à Segurança Alimentar. A sua atuação integra-se plenamente nos compromissos da UE, através da implementação de políticas comuns, desenvolvimento de projetos e adoção de práticas sustentáveis. No espaço lusófono, Portugal tem desempenhado um papel de charneira na dinamização da ESAN-CPLP, promovendo a agricultura familiar, o DHAA e a capacitação institucional e técnica dos restantes países-membros. Nas relações transatlânticas, Portugal tem vindo a reforçar o seu

papel na cooperação triangular (particularmente com países da América Latina e África), o que reflete uma diplomacia de proximidade e solidariedade.

Durante o Estágio na Embaixada de Portugal em Roma, foi possível observar *in loco* a articulação entre a política externa portuguesa e a atuação das RBAs, respondendo ao objetivo central do presente Relatório. A participação em reuniões e eventos e a elaboração de relatórios sobre iniciativas relacionadas com a temática da SAN, em linha com o meu percurso académico em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, permitiram compreender a importância do trabalho desenvolvido nestas agências e o envolvimento de Portugal na sua agenda. Desta forma, o Estágio na Embaixada de Portugal em Roma foi uma forma valiosa de complementar os conhecimentos teóricos que tenho vindo a adquirir no meio académico, com experiência prática no mundo da cooperação bi e multilateral, em particular no que toca à SAN, aproveitando a oportunidade oferecida pela feliz coincidência entre a localização geográfica da Embaixada e das agências da ONU dedicadas às questões da alimentação e agricultura.

Referências Bibliográficas

- Banco Mundial (2024). *Food Security update*. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/40ebbf38f5a6b68bfc11e5273e1405d4-0090012022/related/Food-Security-Update-111-December-13-2024.pdf> [Acesso em: 2025/03/16]
- Belay, M. & Dessalegn, A. (2020). *Right to food, food security and food sovereignty*. Barilla Center for Food & Nutrition Foundation.
- Brandão, A., Peres, F., de Moraes, V. & Casemiro, J. (2022). Soberania e Segurança Alimentar na América Latina: um olhar sobre os marcos legais e conceituais. *Polis Revista Latinoamericana*, vol. 22 (63), 92-105.
- Brissos, S. (2022). *(In)Segurança Alimentar em Portugal: determinantes socioeconómicos do acesso a uma alimentação adequada*. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa.
- Byaruhanga, R. & Isgren, E. (2023). Rethinking the Alternatives: Food Sovereignty as a Prerequisite for Sustainable Food Security. *Food Ethics*, 8 (16), 1-20.
- Camões (2016). *Mandato*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato> [Acesso em: 2025/03/28]
- Camões (2024a). *I Convocatória para Projetos e Iniciativas de Cooperação Triangular entre a Ibero-américa e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/i-convocatoria-para-projetos-e-iniciativas-de-cooperacao-triangular-entre-a-ibero-america-e-os-paises-africanos-de-lingua-oficial-portuguesa> [Acesso em: 2025/05/30]
- Camões (2024b). *Portugal: 8ª Conferência Internacional sobre Cooperação Triangular*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/portugal-8-conferencia-internacional-sobre-cooperacao-triangular> [Acesso em: 2025/05/30]
- CFS-FAO (2022). *Committee on World Food Security*. Disponível em: <https://www.fao.org/cfs/en/> [Acesso em: 2025/03/30]
- Comissão Europeia (2020). *Farm to Fork strategy*. Disponível em: https://food.ec.europa.eu/horizontal-topics/farm-fork-strategy_en [Acesso em: 2025/05/03]
- CONSAN-CPLP (2023). *IV Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP*. Disponível em: https://san.cplp.org/media/jrca4ypx/2_declara%C3%A7%C3%A3o-iv-ro-consan_cplp_final_24-ago-23.pdf [Acesso em: 2025/05/28]
- CPLP (2021). *Plano de Trabalho ESAN-CPLP 2021-2023. III RO CONSAN-CPLP*. Disponível em: https://san.cplp.org/media/z0egteon/plano-de-trabalho-esan-cpp_21_23_luanda_15_jul_21_aprovado.pdf [Acesso em: 2025/05/28]
- CPLP (2025). *Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional*. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4755.aspx> [Acesso em: 2025/05/28]

Craggs, R. (2014). Development in a global-historical context. In V. Desai & R. Potter (Eds), *The Companion to Development Studies*, (3a. ed.). Nova Iorque, Estados Unidos da América: Routledge, pp. 33-40.

Dekeyser, K. & Rampa, F. (2023). *Climate change and food systems adaptation: Building roads through Rome*. The centre for Africa-Europe relations.

Diário da República (2021). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/132-2021-171183636> [Acesso em: 2025/05/03]

Diário da República (2023). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2023*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/162-2023-229857683> [Acesso em: 2025/05/03]

Diário da República (2024). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2024*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/173-2024-898705894> [Acesso em: 2025/05/03]

Dodds, K. (2014). The Third World, developing countries, the South, emerging markets and rising powers. In V. Desai & R. Potter (Eds), *The Companion to Development Studies*, (3a. ed.). Nova Iorque, Estados Unidos da América: Routledge, pp. 41-47.

FAO (2006). *Food Security Policy Brief*. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/faoitally/documents/pdf/pdf_Food_Security_Coept_Note.pdf [Acesso em: 2025/03/12]

FAO (2018). *Portugal and FAO*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/e6027cab-859a-458a-9424-2bb3683bfca4/content> [Acesso em: 2025/04/28]

FAO (2024a). *Follow-up report on Joint evaluation of collaboration among the United Nations Rome-based Agencies*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/no658en> [Acesso em: 2025/04/02]

FAO (2024b). *CL176/12 - FAO@80: Proposals for Institutional Renewal*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/c1379056-1d76-4312-8c48-187ec147562c/content> [Acesso em: 2025/06/02]

FAO (2025a). *About FAO - Overview*. Disponível em: <https://www.fao.org/about/about-fao/en/> [Acesso em: 2025/03/13]

FAO (2025b). *Hunger and food insecurity*. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en> [Acesso em: 2025/03/13]

FAO (2025c). *Global Soil Partnership*. Disponível em: <https://www.fao.org/global-soil-partnership/partners/en/> [Acesso em: 2025/05/30]

FAO (2025d). *Reviewed Strategic Framework 2022-31*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/62e91f34-65db-448f-af6e-2a5c0ec2667c/content> [Acesso em: 2025/02/25]

FAO, IFAD, UNICEF, WFP & WHO (2021). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021 – Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP & WHO (2024). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FIDA (2006). *Cooperation agreement with the Community of Portuguese-Speaking Countries*. Disponível em: <https://webapps.ifad.org/members/eb/89/docs/EB-2006-89-R-51.pdf> [Acesso em: 2025/05/12]

FIDA (2023). *IFAD - Governing Council - Forty-sixth Session - Portugal*. Disponível em: https://www.ifad.org/documents/36783902/47253562/portugal-gc46_e.pdf/84259aad-3b33-3076-dcb9-dd4f9f66460f?t=1676397566081 [Acesso em: 2025/05/30]

FIDA (n.d.). *Our vision*. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/our-vision> [Acesso em: 2025/03/20]

FRESAN (2024). *Programa FRESAN*. Disponível em: <https://fresan-angola.org/programa/> [Acesso em: 2025/05/30]

Fukuda-Parr, S. (2003). The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas on Capabilities. *Feminist Economics*, 9 (2-3), 301-317.

Fukuda-Parr, S. & Orr, A. (2014). The MDG Hunger Target and the Competing Frameworks of Food Security. *Journal of Human Development and Capabilities*, 15 (2-3), 147-160.

Garantia para a Infância (2022). *Garantia para a Infância*. Disponível em: <https://www.garantiainfancia.gov.pt/pt> [Acesso em: 2025/05/07]

GAAHP (2024a). *Foundational Documents*. Disponível em: <https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/wp-content/uploads/2024/10/Global-Alliance-Foundational-Documents.pdf> [Acesso em: 2025/05/16]

GAAHP (2024b). *Statements of Commitment - Portugal*. Disponível em: <https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/wp-content/uploads/2024/11/PORTUGAL-SoC-Approved.pdf> [Acesso em: 2025/05/16]

Harrigan, J., Kolster, J., & Matonfo-Fundani, N. (2012). *The Political Economy of Food Security in North Africa*. African Development Bank.

Jámbor, A. & Varga, Á. (2024). Food security and crises: evidence from the Western Balkans. *Agriculture and Food Security*, 13 (60), 1-14.

Kofi Annan Foundation (2025). *Reimagining Global Governance for Food Security*. Geneva, Switzerland: Kofi Annan Foundation.

Makombe, G. (2023). The Food Security Concept: Definition, Conceptual Frameworks, Measurement and Operationalisation. *Africa Development*, XLVIII (4), 53-80.

Mallam, F., Garb, B. S. & Ali, S. E. (2025). Analyzing the Role of International Organization in Addressing Climate Change and Agriculture. *International Journal of Emerging Multidisciplinaries: Social Science*, 4 (1), 1-15.

Manikas, I., Ali, B. M. & Sundarakani, B. (2023). A systematic literature review of indicators measuring food security. *Agriculture and Food Security*, 12 (10), 1-31.

Mosca, J., França, C., Correia, M. & Brissos, S. (2017). *Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP*. Disponível em: https://www.dgadr.gov.pt/images/af/minutas/FAO_-_Diretrizes_apoio_promocao_AF_CPLP.pdf [Acesso em: 2025/05/28]

ONU (2015). *The Millenium Development Goals Report*. Disponível em: [https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf) [Acesso em: 2025/03/22]

ONU (2022). *The Sustainable Development Goals Report*. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2022/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2022.pdf> [Acesso em: 2025/03/22]

Palkovic, J. (2024). Unravelling the European food security puzzle: exploring determinants and constructing a comprehensive measure. *Eurasian Economic Review*, 14 (1), 847-871.

PAM (2024a). *Annex II-A - Confirmed Contributions by Donor 2022-2023 (USD)*. Disponível em: https://executiveboard.wfp.org/document_download/WFP-0000157490 [Acesso em: 2025/05/19]

PAM (2024b). *Update on collaboration among Rome-based agencies*. Executive-board - Second Regular Session. Disponível em: https://executiveboard.wfp.org/document_download/WFP-0000161582 [Acesso em: 2025/04/08]

PAM (2025a). *WFP 2025 Global Outlook*. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/wfp-2025-global-outlook-0> [Acesso em: 2025/03/16]

PAM (2025b). *Who we are*. Disponível em: <https://www.wfp.org/who-we-are> [Acesso em: 2025/03/17]

PAM (2025c). *History*. Disponível em: <https://www.wfp.org/history> [Acesso em: 2025/03/17]

Pitto, S. (2023). Cambiamento climatico e sicurezza alimentare: dall'approccio One Health ai modelli olistici del Global South. *BioLaw Journal - Rivista di BioDiritto*, 2, 315-347.

Portal Diplomático (n.d.a). *Agricultura e Segurança Alimentar*. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/agricultura-e-seguranca->

[alimentar#:~:text=Portugal%20apoio%20tamb%C3%A9m%20a%20autonomia%20do%20Comit%C3%A9,resposta%20%C3%A0s%20quest%C3%B5es%20globais%20das%20cadeias%20agroalimentares](#) [Acesso em: 2025/04/30]

Portal Diplomático (n.d.b). *O que é a Rede Diplomática?* Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/o-que-e-a-rede-diplomatica> [Acesso em: 2025/05/18]

PNUD (n.d.). *Sustainable Development Goals*. Disponível em: <https://www.undp.org/sustainable-development-goals/zero-hunger> [Acesso em: 2025/03/24]

Rigg, J. (2014). The millenium development goals. In V. Desai & R. Potter (Eds), *The Companion to Development Studies*, (3a. ed.). Nova Iorque, Estados Unidos da América: Routledge, pp. 121-127.

Sachs, W. (1992). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. Zed Books Ltd, Londres, Reino Unido e Nova Jérnia, EUA.

SEGIB (2025). *A SEGIB visita, na África, dois projetos de cooperação ibero-americana promovidos por Portugal*. Disponível em: <https://www.segib.org/pt-br/la-segib-visita-en-africa-dos-proyectos-de-cooperacion-iberoamericana-impulsados-por-portugal/> [Acesso em: 2025/05/30]

Sen, A. (1987). *Hunger and entitlements*. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University.

Sen, A. (1989). Development as Capability Expansion. *Journal of Development Planning*, 19, 41-58.

UNDESA (2023). *Goal 2: End hunger, achieve food security and improved nutrition and promote sustainable agriculture*. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals/goal2> [Acesso em: 2025/03/19]

UNDESA (n.d.). *Sustainable Development Goals*. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals> [Acesso em: 2025/03/19]

UNDESA & FAO (2024). *SDG 2: Zero Hunger*. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2024-07/2024%20FACTSHEET%20SDG2.pdf> [Acesso em: 2025/03/19]

UNOSSC (2024). *Connecting Global Processes for Local Impact: 8th International Conference on Triangular Cooperation*. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/2024/10/10/connecting-global-processes-for-local-impact-8th-international-conference-on-triangular-cooperation/> [Acesso em: 2025/05/30]

WFS (1996). *Rome Declaration on World Food Security*. Disponível em: <https://www.fao.org/4/w3613e/w3613e00.htm> [Acesso em: 2025/03/12]

Williams, D. (2014). *The Study of Development*. In B. Currie-Halder, R. Kanbur, D. Malone & M. Rohinton (Eds), *International Development*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: Oxford University Press, pp. 21-34.

Yilmaz, A. G. & Sedefoglu, G. (2025). Incorporating “Security” in Sustainable Development Goals (SDG): Insights from Food Security and Climate Change. *Bulletin of “Carol I” National Defence University*, 13 (4), 22-36.